INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Edital 216/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
216/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ALBERTO DO NASCIMENTO BEZERRA	04/11/2026 11:27 (v 0.3)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.001690/2026-13

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JUNILTON BARBOSA SILVA

Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO
444/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)
(254445)

OBJETO
Registro de preços para aquisição conexões, acessórios e automação diversos, em atendimento a Bio-Manguinhos

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **19/11/2026** às **09h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por item e por grupo

MODO DE DISPUTA:
aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
—— **SIM**

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO 5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 8
8. DA FASE DE JULGAMENTO 11
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO 13
10. DO TERMO DE CONTRATO 15
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 16
13. DOS RECURSOS 17
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 18
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 20
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 20

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 444/2026
Processo Administrativo n° 25386.001690/2026-13

Torna-se público que Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por intermédio do INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS (BIO-MANGUINHOS), sediado Av. Brasil nº 4.365 - Manguinhos – RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é para aquisição de conexões, acessórios e automação diversos, em atendimento a Bio-Manguinhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens e grupos, sendo estes últimos formados por dois ou mais itens.

1.3. conforme tabela constante do Termo de Referência Relativamente aos itens isolados, faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3.1 Relativamente aos grupos, faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.4. Atentar para as especificações complementares dos itens. Os códigos CATMAT inseridos são aproximados, não representando com total exatidão os descritivos dos materiais requeridos. Portanto, os descritivos considerados na realização desta compra são os constantes no termo de referência e especificação detalhada dos itens.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11 sociedades cooperativas;

3.7.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.13 pessoas físicas.

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a

sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.4.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.7 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.8 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.9 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.10 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou **Erro! Fonte de referência não encontrada.** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item e do lote;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto n° 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU n° 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 empresas brasileiras;

7.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 contiver vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.2 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.3 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4 suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@bio.fiocruz.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e Concordância;

16.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II – Especificação Detalhada dos itens;

16.11.3 Anexo III – Minuta de Contrato

16.11.4 Anexo VI – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.5 Anexo V - Portaria nº 01/2026-Cogead;

Rio de Janeiro, de de 2026.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Termo de Referência 522/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
522/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ALBERTO DO NASCIMENTO BEZERRA	04/11/2026 11:24 (v 0.3)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.001690/2026-13

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JUNILTON BARBOSA SILVA

Pregoeiro

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Processo Administrativo n° 25386.001690/2026-13
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de conexões, acessórios e automação diversos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

UNITÁRIO							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	40026	MODULO,REGULACAO;BK5220;BECKHOFF;APL BIOENGINEERING	BECKHOFF	UN	1		
3	46797	MANOMETRO;4";AISI 304;ESCALA 0-10KGF/CM2;ROSCA 1/2" BSP	-	UN	12		
4	47123	VENTOSA;B8;CLOROPRENE;50SHORE;3150287,PIAB;APL NOVA CAM	PIAB	UN	100		
5	49211	CONTROLADOR,COMPACTO;UCP;16ED;XP325,ALTUS;APL TQP009	ALTUS	UN	1		
6	53465	TRANSFORMADOR;MONOFASICO;4051-01109-0004,EIKON;APL CTAS BIO	EIKON	UN	1		
7	56543	MICRO;MOTOR,ELÉTRICO;1/25-16/70W;220V;50/60HZ;1300/1500 RPM,	-	UN	4		
9	60903	VISOR,RETENTOR,FLUXO;SG-10;3/4";ROSCA BSPT	-	UN	6		
10	61965	CONTATOR;TRIPOLAR;16A;190-220V;50/60HZ,APL SYNTEGON FR/AM	-	UN	3		
11	64883	SENSOR,MAGNETICO;10W;200VDC;140VAC;1A;10OHMS;4,5CM	-	UN	3		
12	65079	BOBINA,ENCAP;H;IP65;PG9;13W;220V;MH13C;MH20C2701,JEFFERSON	JEFFERSON	UN	1		
13	66268	INTERFACE,IHM;24VDC;5AP1120.1505-000,B&R	B&R	UN	1		
14	66615	TOTEM,IHM;ACO,INOX-AISI304;1590X760MM;2.1/2POL OD	-	UN	1		
20	60670	PONTA,ROSCA;INOX 304;SCH40;3/4"BSPX40MM	-	UN	3		
23	35451	BOBINA,IMPRESSAO;REGISTRADOR;KRN50;3604,AUTONICS;APL FORNO	AUTONICS	UN	20		
24	41719	FOTOCELULA;WLG4S-3F2234VS04;1050832,SICK;APL ENVASADORA	SICK	UN	1		
25	49226	TERMINAL,OPERACAO;630005205,BEIJER-ELETRONICS;APL TQP009	BEIJER-ELETRONICS	UN	1		
26	51073	BOMBA,DIAFRAGMA;HY25FNPPPPSPSP,VALLAIR;APL CENTRAL DE SODA	VALLAIR	UN	4		
27	53855	CARTUCHO,SECAGEM;65085,ANTON PAAR;APL VISCODENSIMETRO	ANTON PAAR	UN	1		

LOTE 1							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
2	45677	MOTOR;INDUCAO;MONOFASICO;220V;60HZ;F2000 V4,PECCININ	PECCININ	UN	2		
8	58339	CONTROLE,PORTAO,ELETRONICO;433MHZ;TX 3C,PECCININ	PECCININ	UN	1		
					TOTAL R$		

LOTE 2							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
15	44702	TAMPAO,CEGO;AISI-316L;0,5/0,75MM;SEM COSTURA;TRI-CLAMP	-	UN	20		
19	50733	ESPIGAO;ACO INOX 304;1/2"X3/8";BSP	-	UN	3		

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

21	61588	CONEXAO;PLUG,SEXTAVADA;316L;1/2;BSP	-	UN	3		
22	64786	ESPIGAO,TRICLAMP;INOX304L;1/2",APL MANGUEIRAS	-	UN	3		
					TOTAL R$		

LOTE 3							
Item RCO	**Item**	**Material**	**Marca**	**Unid**	**Qtd**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
16	45487	FILTRO"Y";CORPO/BRONZE;1.1/2";APL FAC234	-	UN	6		
17	47163	ADAPTADOR STORZ;HIDRANTE; 2.1/2 X 2.1/2	-	UN	4		
18	47165	TAMPAO;STORZ;CEGO;CORRENTE; 2.1/2	-	UN	4		
					TOTAL R$		

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem especificações padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, com qualidade e desempenho objetivamente definidos, atendendo ao conceito previsto no art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados do recebimento da nota de empenho ou da ordem de fornecimento ou data consignada na cláusula de vigência contratual quando utilizado o termo de contrato, com fulcro no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000007/2026;
II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;
III) Id do item no PCA: Conforme item 11, anexo deste termo de referência;
IV) Classe/Grupo: Conforme item 11, anexo deste termo de referência;
V) Identificador da Futura Contratação: Conforme item 11, anexo deste termo de referência;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Preferencialmente que os materiais sejam fabricados com materiais recicláveis ou com conteúdo mínimo de material reciclado, comprovado por declaração do fabricante ou ficha técnica;

4.1.2 Preferência por materiais recicláveis, embalagens reduzidas e logística reversa obrigatória; e

4.1.3 Eficiência energética, durabilidade dos componentes e comprovação de políticas ambientais corporativas.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as disposições do Estudo Técnico Preliminar e tabela 1.1. deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que são materiais comuns no mercado e sem prestação de serviços a ser contratada.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de aquisição de itens de natureza comum, sem alta complexidade técnica ou obrigações futuras estruturadas além da entrega imediata ou integral.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do pedido da contratante ou da data de início de vigência consignada no instrumento formal de contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado de Bio-Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00.

5.3.1 As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através do e-mail: agendarecebimento@bio.fiocruz.br e pelos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882-9468, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (cinco centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco) dias;**

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “**e**” a “**h**” de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “**c**”, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do** valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**b**”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**a**”, de **0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1 o prazo de validade;

8.11.2 a data da emissão;

8.11.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5 o valor a pagar; e

8.11.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/10/2026.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente do pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, a cada pedido.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme ~~planilha de composição de preços anexa ao edital~~ **OU** tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

_____

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____
(Nome e Cargo do Representante Legal)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Estudo Técnico Preliminar 614/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 25386.001690/2026-13

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para atender à demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções propostas. O ETP subsidia o processo de contratação, conforme estabelece o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a outros órgãos públicos. Sua missão é garantir o acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. Bio-Manguinhos desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas.

A instituição tem investido na ampliação de seu parque industrial, na produção de vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, além de desenvolver novas tecnologias e produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que impactam a saúde pública do país. As diretrizes de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação são definidas com base em critérios como a situação epidemiológica do Brasil, a demanda dos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto e sua viabilidade econômica, bem como a capacidade científica e tecnológica, além do financiamento e gerenciamento.

Para atender plenamente à demanda do Ministério da Saúde por imunobiológicos, Bio-Manguinhos elaborou um planejamento para a aquisição de materiais de consumo, os quais estão incluídos no Planejamento Anual Orçamentário e associados às iniciativas estratégicas da unidade. Essa aquisição é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, permitindo à instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública e promover a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e aumenta a capacidade de resposta do país diante de desafios epidemiológicos.

A contratação de serviços e produtos no âmbito da saúde pública, como os oferecidos pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, é de extrema importância para garantir o acesso da população a vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos. Essa essencialidade está diretamente ligada à missão da instituição de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que afetam a qualidade de vida da população brasileira.

De acordo com o previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o interesse público está intrinsecamente relacionado à necessidade de garantir a disponibilização contínua de produtos essenciais à saúde. A produção e o fornecimento de imunobiológicos não respondem apenas a uma demanda imediata, mas também ao imperativo de inovação e autonomia tecnológica do Brasil no setor de biotecnologia. Essa estratégia é vital para enfrentar os desafios epidemiológicos e assegurar que a população tenha acesso a tratamentos eficazes e preventivos.

Dessa forma, a contratação com Bio-Manguinhos fortalece a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender às necessidades da população, contribuindo para a implementação de políticas públicas de saúde que buscam aumentar a cobertura vacinal e a eficácia no diagnóstico e tratamento de doenças. Assim, a essência dessa contratação reside em garantir não apenas a continuidade da produção de itens essenciais, mas também em promover a saúde e o bem-estar da sociedade como um todo.

Pedido de compra: 220051

A aquisição do item é crucial para garantir o cumprimento das exigências do Ministério da Saúde nofornecimento de biofármacos, considerando que o material é aplicado ao registrador gráfico KRN50 acopladoao forno Thermo Heraeus da Seção de Preparação de Materiais – Controle de Qualidade (SEPMA-QUA). Essee quipamento é responsável pelo registro dos ciclos de despirogenização por calor seco, etapa essencial paraassegurar a rastreabilidade e a conformidade dos processos realizados no âmbito do controle de qualidade.

O material será utilizado na Seção de Preparação de Materiais – Controle de Qualidade (SEPMA-QUA),vinculada à Divisão de Serviços do Controle, do Departamento de Controle de Qualidade (DEQUA). Nessecontexto, as bobinas de impressão são necessárias para o funcionamento adequado do registrador gráficoKRN50, permitindo a documentação contínua e confiável dos ciclos realizados no forno Thermo Heraeus.

Aausência desse item inviabiliza o registro dos ciclos de despirogenização, o que pode resultar na interrupçãode serviços prestados às áreas analíticas e, consequentemente, impactar o atendimento às áreas produtivas.

Do ponto de vista científico e estratégico, o material está inserido nas iniciativas estratégicas do planejamentoanual orçamentário de Bio-Manguinhos, cujo objetivo é atender às demandas do Ministério da Saúde. Dessaforma, a aquisição é fundamental para garantir que os processos de controle de qualidade sejam realizados demaneira adequada e dentro dos padrões estabelecidos, evitando atrasos em atividades críticas e, porconsequência, nas entregas destinadas ao Ministério da Saúde.Ressalta-se ainda que a escolha da marca específica se justifica por critérios técnicos.

As bobinas deimpressão da marca AUTONICS são as únicas que atendem plenamente aos procedimentos estabelecidos,por serem compatíveis e específicas para utilização no registrador gráfico KRN50 acoplado ao forno ThermoHeraeus.

A utilização desse material assegura que os registros dos ciclos de despirogenização ocorramconforme os parâmetros previamente validados, garantindo a manutenção dos padrões exigidos pelo controlede qualidade. Além disso, a marca AUTONICS apresenta maior durabilidade, eficiência operacional,confiabilidade nos resultados registrados e contribui para a redução de riscos de falhas ou incidentes durante aoperação do equipamento

Pedido de Compra: 220129

A aquisição do Cartucho de Secagem é necessária para assegurar o cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico, contribuindo diretamente para o atendimento satisfatório das demandas do Ministério da Saúde no âmbito dos contratos de fornecimento firmados por Bio-Manguinhos.

O item é fundamental para garantir o suporte adequado aos processos ao longodas diferentes etapas produtivas que compõem o portfólio institucional, possibilitando o atendimento às novas demandas de produção com a manutenção dos padrões de qualidade exigidos.

O material será utilizado no Laboratório LAFIQ/DEQUA, área responsável por atividades analíticas essenciais ao controle de qualidade e ao desenvolvimento de métodos. A contratação tem como objetivo garantir o correto funcionamento, a precisão analítica e a estabilidade operacional dos visco densímetros utilizados nas rotinas de controle de qualidade e desenvolvimento analítico em Bio-Manguinhos.

O cartucho de secagem é um componente essencial do sistema de secagem interna desses equipamentos, sendo responsável por remover a umidade presente no ar de referência. Esse processo é indispensável para assegurar medições confiáveis e precisas de densidade e viscosidade de amostras líquidas, parâmetros críticos em análises

físico-químicas que subsidiam decisões técnicas e a liberação de produtos. Sob o ponto de vista científico e estratégico, a aquisição está alinhada ao planejamento anual orçamentário de Bio-Manguinhos e às iniciativas institucionais voltadas ao fornecimento de imunobiológicos.

Nesse contexto, atender às demandas do Ministério da Saúde constitui prioridade institucional, e a manutenção da confiabilidade dos resultados analíticos é indispensável para garantir a continuidade das atividades produtivas ,bem como a conformidade regulatória dos processos de controle de qualidade.

A escolha de marca específica se justifica por critérios estritamente técnicos. O Cartucho de Secagem é um consumível original e específico dos visco densímetros Anton Paar, desenvolvido para remover de formaeficiente a umidade do ar de referência antes da realização das medições, preservando a estabilidade térmicado sistema e a exatidão dos resultados analíticos. O design do cartucho, o tipo de agente dessecanteempregado, o volume interno e o sistema de conexão são proprietários e projetados exclusivamente para osequipamentos da marca.Nesse sentido, a marca ANTON PAAR é a única que atende plenamente às especificações técnicas eoperacionais requeridas, uma vez que é a fabricante e detentora da tecnologia dos viscodensímetros utilizadosem Bio-Manguinhos, sendo reconhecida internacionalmente pela alta precisão e confiabilidade de seusinstrumentos físico-químicos.

A utilização de cartuchos genéricos ou não homologados pode resultar naentrada de umidade no sistema, alterando as condições de referência e a densidade do gás interno, além deprovocar erros sistemáticos nas medições de viscosidade e densidade, comprometendo resultados analíticoscríticos. Adicionalmente, há risco de danos aos sensores internos, perda de calibração do equipamento einvalidade da garantia e do suporte técnico do fabricante.

Dessa forma, somente a utilização de cartuchos originais da Anton Paar assegura compatibilidade total com osequipamentos, desempenho previamente validado e a manutenção das condições de garantia de fábrica,conforme as especificações técnicas estabelecidas pelo fabricante, garantindo a confiabilidade dos resultadose a continuidade segura das atividades analíticas realizadas em Bio-Manguinhos.

Pedidos de Compra: 223007, 223037, 223039, 223247, 223390, 223392

A aquisição dos itens listados — totem IHM em aço inox AISI 304, visor retentor de fluxo, manômetros, contator tripolar, bomba centrífuga, micro motor elétrico e sensor magnético — é necessária para garantir a operação contínua, segura e em conformidade regulatória dos sistemas instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos /Fiocruz.

Esses componentes são utilizados em sistemas de produção de Águas Farmacêuticas, utilidades industriais, automação, climatização e circulação de fluidos, que são essenciais para a manutenção das condições operacionais exigidas pelas Boas Práticas de Fabricação (BPF) e pelas normas sanitárias vigentes. Os manômetros permitem o monitoramento confiável da pressão dos sistemas, prevenindo falhas operacionais e protegendo equipamentos. O visor retentor de fluxo contribui para a vedação e integridade dos sistemas, evitando vazamentos e entrada de contaminantes. O contator tripolar é responsável pelo comando seguro decargas elétricas em sistemas automatizados, assegurando o funcionamento adequado dos equipamentos produtivos. Já

A substituição e disponibilidade desses componentes são necessárias devido ao desgaste natural decorrente das condições de operação industrial, como vibração, variações de pressão e temperatura, cargas elétricas e ciclos contínuos de funcionamento. A ausência desses itens pode causar falhas em equipamentos críticos, vazamentos, perda de controle operacional, paradas não programadas e riscos de não conformidade em auditorias sanitárias.
Dessa forma, a aquisição é essencial para assegurar a continuidade das rotinas produtivas, a confiabilidade dos sistemas, a segurança operacional e o atendimento às exigências regulatórias, contribuindo diretamente para a manutenção da capacidade produtiva e do fornecimento de produtos estratégicos à saúde pública.

Pedidos de Compra: 222974, 225358

A aquisição da VENTOSA B8 em cloroprene 50 Shore – código 3150287, marca PIAB, é necessária para garantir o funcionamento adequado dos sistemas de vácuo e manipulação automatizada da máquina NOVACAM

Esse componente integra o sistema responsável pela preensão, movimentação e posicionamento de frascos, embalagens e componentes ao longo do processo produtivo, assegurando estabilidade, repetibilidade e integridade dos materiais durante os ciclos operacionais da linha automatizada.
A ventosa atua diretamente na sucção e fixação segura dos materiais por meio de vácuo, permitindo o transporte preciso e o posicionamento adequado durante a operação da máquina. Por ser fabricada em cloroprene com dureza de 50 Shore, está sujeita a desgaste natural decorrente de ciclos repetitivos de sucção e liberação, deformações mecânicas contínuas, atrito com superfícies de contato e variações de pressão do sistema pneumático. Esse desgaste pode ocasionar perda de eficiência na sucção, falhas na movimentação dos materiais, aumento de rejeições e paradas não programadas da linha produtiva, impactando diretamente a produtividade e a confiabilidade do processo.

A reposição do componente original permite a manutenção dos sistemas atualmente em operação, possibilitando a substituição pontual de ventosas desgastadas sem necessidade de ajustes estruturais, adaptações técnicas ou revalidações da linha produtiva. Dessa forma, assegura-se a continuidade operacional da máquina NOVA CAM, bem como a execução adequada das manutenções preventivas e corretivas, mantendo as condições técnicas previamente qualificadas e a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF).

Ressalta-se que a marca PIAB é a única que atende plenamente às necessidades técnicas da aplicação, uma vez que os sistemas de vácuo e manipulação instalados foram projetados, especificados, qualificados e validados para operar com componentes originais desse fabricante. A utilização de ventosas de outras marcas ou não homologadas pode gerar incompatibilidade dimensional, perda de eficiência do sistema de vácuo, falhas na preensão dos materiais, necessidade de ajustes técnicos no equipamento e aumento de riscos operacionais e produtivos.

Dessa forma, a aquisição da ventosa especificada é indispensável para garantir a confiabilidade do sistema de manipulação automatizada, evitar interrupções nas atividades produtivas e assegurar a continuidade das operações industriais de Bio-Manguinhos, contribuindo para o atendimento das demandas estratégicas da instituição e do Ministério da Saúde.

Pedido de Compra: 223219

A aquisição de motores e controles da marca PECCININ é necessária para garantir o funcionamento adequado das portas e barreiras automatizadas de acesso do Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz. Esses componentes são essenciais para a operação dos sistemas de controle de segurança e acesso às áreas técnicas e industriais que dão suporte às atividades produtivas, contribuindo para a continuidade e confiabilidade das operações.

Os equipamentos atualmente instalados foram projetados para operar com componentes específicos da marca PECCININ, possuindo dimensões, características elétricas e funcionais compatíveis com o sistema existente. Substituição por modelos equivalentes do mesmo fabricante permite reposição direta durante as manutenções preventivas e corretivas, preservando o projeto original e garantindo o desempenho adequado dos equipamentos.

Ressalta-se que a marca PECCININ é a única que atende plenamente às necessidades técnicas da aplicação, uma vez que os sistemas de automação de portões e barreiras foram concebidos e instalados com base nesse padrão tecnológico. A utilização de componentes de outras marcas poderia exigir adaptações físicas e técnicas, alterar as condições originais de funcionamento e gerar riscos operacionais, além de aumentar custos de manutenção.

Dessa forma, a aquisição desses componentes é fundamental para assegurar a operação segura e continuados

Pedidos de Compra: 222837, 223154, 223156, 223163, 223172, 223181

A aquisição dos materiais de manutenção listados é necessária para assegurar a operação contínua, segura e em conformidade regulatória dos sistemas destinados à produção de Águas Farmacêuticas, especialmente agua para Injetáveis (WFI), no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Esses sistemas exigem elevado nível de confiabilidade operacional, controle rigoroso de parâmetros de processo e manutenção adequada dos equipamentos responsáveis pelo tratamento, armazenamento e distribuição da água utilizada nos processos produtivos. A disponibilidade desses componentes é fundamental para manter a integridade dos sistemas, garantir a estabilidade dos processos e atender às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e às exigências sanitárias vigentes.

Os itens solicitados — bomba de diafragma, controlador compacto, terminal de operação, transformador monofásico, bobina encapsulada e transdutor miniatura — integram sistemas críticos de automação, controle e operação das unidades de utilidades e tratamento de água.

Esses componentes atuam diretamente na operação segura dos equipamentos, no monitoramento de variáveis de processo e na continuidade das rotinas de manutenção preventiva e corretiva. A indisponibilidade desses materiais pode comprometer o funcionamento adequado dos sistemas de água farmacêutica, ocasionar falhas operacionais, interrupções de produção, riscos sanitários e não conformidades em auditorias regulatórias.

Além disso, os sistemas instalados foram originalmente projetados, qualificados e validados com componentes específicos, cujas características técnicas e funcionais garantem compatibilidade com os equipamentos existentes e preservação dos parâmetros operacionais já estabelecidos. A utilização de componentes diferentes dos especificados poderia gerar incompatibilidades técnicas, necessidade de revalidação dos sistemas, perda de rastreabilidade e impactos operacionais e regulatórios relevantes, além de aumentar riscos à continuidade das atividades produtivas.

Para o pedido 222837, referente ao item bomba de diafragma modelo HY25FNPPPPSPSP da marca VALLAIR, justifica-se tecnicamente a indicação da marca, considerando que corresponde aos componentes originais ou padronizados dos sistemas instalados. Portanto, a marca é a única que atende às VALLAIR necessidades do Instituto. A adoção dessa marca garante compatibilidade plena com os sistemas existentes, preservação das condições validadas de operação, confiabilidade dos processos e continuidade das atividades produtivas estratégicas de Bio-Manguinhos.

Para o pedido 223154, referente ao item controlador compacto UCP 16ED XP325 da marca ALTUS, justifica-se tecnicamente a indicação da marca, considerando que corresponde aos componentes originais ou padronizados dos sistemas instalados. Portanto, a marca é a única que atende às necessidades do ALTUS Instituto. A adoção dessa marca garante compatibilidade plena com os sistemas existentes, preservação das condições validadas de operação, confiabilidade dos processos e continuidade das atividades produtivas estratégicas de Bio-Manguinhos.

Para o pedido 223156, referente ao item terminal de operação código 630005205 da marca BEIJER-ELETRONICS, justifica-se tecnicamente a indicação da marca, considerando que corresponde aos componentes originais ou padronizados dos sistemas instalados. Portanto, a marca é a BEIJER-ELETRONICS única que atende às necessidades do Instituto. A adoção dessa marca garante compatibilidade plena com os sistemas existentes, preservação das condições validadas de operação, confiabilidade dos processos continuidad

Para o pedido 223163, referente ao item transformador monofásico modelo 4051-01109-0004 da marca justifica-se tecnicamente a indicação da marca, considerando que corresponde aos componentes EIKON, originais ou padronizados dos sistemas instalados. Portanto, a marca é a única que atende às EIKON necessidades do Instituto. A adoção dessa marca garante compatibilidade plena com os sistemas existentes, preservação das condições validadas de operação, confiabilidade dos processos e continuidade das atividades produtivas estratégicas de Bio-Manguinhos. Para o pedido223172 referente ao item bobina encapsulada MH13C / MH20C2701 da marca JEFFERSON, justifica-se tecnicamente a indicação da marca, considerando que corresponde aos componentes originais ou padronizados dos sistemas instalados. Portanto, a marca é a única JEFFERSON

que atende às necessidades do Instituto. A adoção dessa marca garante compatibilidade plena com os sistemas existentes, preservação das condições validadas de operação, confiabilidade dos processos continuidad

Pedido de Compra: 223253

A aquisição dos módulos de regulação da marca BECKHOFF é necessária para garantir a operação contínua confiável do Sistema BIOENGINEERING, responsável pelo controle e supervisão da planta de biorreação por perfusão celular instalada no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz. Esse sistema automatizado gerencia etapas críticas do processo produtivo, incluindo a produção de meio de cultura, operação de biorreatores, filtração e armazenamento do produto, assegurando a integridade e viabilidade das células ao longo de longos ciclos de produção.

Devido à complexidade do processo, que envolve múltiplos CLPs, sensores, válvulas e sistemas de automação distribuídos pela planta, a disponibilidade desses módulos é essencial para evitar falhas operacionais, interrupções não programadas e riscos à qualidade do produto. A indisponibilidade desses componentes pode comprometer o controle do processo de biorreação, gerar impactos na produção e ocasionar não conformidades em auditorias regulatórias, afetando diretamente o atendimento às demandas do Ministério da Saúde. Ressalta-se que a marca BECKHOFF é a única que atende às necessidades técnicas do sistema, pois os módulos fazem parte do projeto original do Sistema BIOENGINEERING e foram especificados, instalados e validados para essa aplicação.

A utilização de componentes de outras marcas poderia exigir adaptações técnicas e revalidações do sistema, comprometendo a confiabilidade operacional e a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação. Dessa forma, a aquisição desses módulos é indispensável para garantir a continuidade das atividades produtivas estratégicas, a integridade do sistema de automação e a manutenção das condições operacionais previamente qualificadas em Bio-Manguinhos.

Pedido de Compra: 223308

A aquisição da fotocélula WLG4S-3F2234VS04, código 1050832, marca SICK, é necessária para assegurar o funcionamento adequado dos sistemas de automação industrial aplicados às envasadoras instaladas no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz. Esse componente desempenha papel fundamental na detecção de presença, ausência e posicionamento de frascos e recipientes nas linhas de envase, garantindo a correta sincronização dos equipamentos e o controle preciso dos processos automáticos, além de fornecer sinais confiáveis aos sistemas de controle e supervisão.

A utilização desse dispositivo é essencial para manter a operação contínua e confiável das linhas de produção, contribuindo para a execução das manutenções preventivas e corretivas, a redução de falhas operacionais e a prevenção de paradas não programadas. Além disso, a fotocélula auxilia na preservação da segurança dos operadores e dos equipamentos, assegurando que o processo produtivo ocorra em conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e com as exigências regulatórias da ANVISA aplicáveis às atividades industriais da unidade.

A indisponibilidade ou falha desse componente pode comprometer diretamente o controle automático das envasadoras, ocasionando falhas em etapas críticas do processo produtivo, perdas de produto e interrupções operacionais não planejadas. Tais situações podem gerar impactos relevantes na continuidade da produção, além de possíveis não conformidades em auditorias e inspeções sanitárias, afetando o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde.

Nesse contexto, destaca-se que a marca SICK é a única que atende às necessidades técnicas da aplicação, pois suas fotocélulas possuem compatibilidade elétrica, mecânica e funcional com as envasadoras existentes, além de atender aos requisitos de confiabilidade, precisão e robustez exigidos para o ambiente industrial. Utiliza

Pedido de Compra: 223342

A Interface IHM 24VDC modelo 5AP1120.1505-000, da marca B&R, é um componente essencial para os sistemas de automação industrial e supervisão existentes no Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esse equipamento permite a interação entre operadores e sistemas automatizados, viabilizando a operação,

9 d e 18supervisão e monitoramento de diversos processos industriais. Além disso, possibilita o registro e armazenamento de dados operacionais críticos, garantindo rastreabilidade, controle de qualidade e acompanhamento do desempenho dos equipamentos e subsistemas conectados aos CLPs e módulos de c o n t r o l e .
Sua utilização é fundamental para assegurar a operação contínua e confiável dos sistemas de automação, apoiar as rotinas de manutenção preventiva e corretiva, reduzir falhas operacionais e paradas não programadas, bem como preservar a segurança de operadores, técnicos e instalações. Também contribui diretamente para o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e às exigências regulatórias da ANVISA.

A ausência ou falha desse equipamento pode comprometer a supervisão e o controle dos sistemas automatizados, impactando a continuidade operacional, a rastreabilidade dos processos e a segurança das instalações industriais. O equipamento será utilizado no Parque Fabril de Bio-Manguinhos /F i o c r u z , n o C a m p u s M a n g u i n h o s / R J , abrangendo linhas de produção industrial, sistemas automatizados e supervisórios, equipamentos de utilidades, painéis elétricos e de automação, além de áreas técnicas, laboratoriais e de apoio à produção.

Nesse contexto, a contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua das IHMs, assegurando operação segura e confiável dos sistemas elétricos e de automação, a supervisão eficiente dos processos produtivos e a continuidade das atividades estratégicas da unidade. Ressalta-se que a marca B&R é a única que atende plenamente às necessidades técnicas e operacionais dos sistemas atualmente instalados, pois apresenta compatibilidade elétrica e funcional com a infraestrutura existente e garante a integridade das rotinas automatizadas.

A u t i l i z a ç ã o d e I H M s d e o u t r a s m a r c a s p o d e r i a gerar incompatibilidade técnica, falhas operacionais, necessidade de testes adicionais e revalidação dos sistemas, além de riscos à segurança dos operadores e perda de conformidade com as Boas Práticas de Fabricação. Dessa forma, justifica-se a aquisição da IHM B&R como a única solução viável para assegurar a manutenção padronizada, a confiabilidade operacional e a continuidade dos sistemas de automação industrial.

Pedido de compra nº 221351

A aquisição dos insumos é necessária para a execução das atividades relacionadas à produção do biofármaco ETANERCEPT no Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE), contribuindo para a adequada montagem, operação, monitoramento, manutenção e segurança dos sistemas de processo empregados no Projeto Etanercept. A utilização desses materiais está diretamente relacionada à continuidade e à confiabilidade das operações, bem como ao atendimento das condições técnicas e dos requisitos de qualidade aplicáveis à fabricação de produtos farmacêuticos.

As abraçadeiras de nylon 200 × 3,6 mm são utilizadas para fixação e organização de mangueiras, cabos e acessórios, contribuindo para a organização e a segurança das instalações. Os tampões cegos Tri-Clamp em aço inox AISI 316L são empregados no fechamento temporário ou permanente de conexões sanitárias, possibilitando o isolamento de linhas durante operações de limpeza, manutenção ou alterações na configuração dos sistemas de processo. O manômetro sanitário Tri-Clamp BPE em aço inox AISI 316L, com faixa de medição de 0–10 bar, é utilizado para monitoramento da pressão em linhas e equipamentos de processo, permitindo o acompanhamento de parâmetros operacionais e contribuindo para a integridade e segurança dos sistemas. O tubo de isolamento elastomérico 25 × 13 mm é empregado no isolamento térmico de tubulações, contribuindo para a manutenção das condições adequadas de processo, a eficiência operacional e a proteção dos operadores. Dessa forma, os insumos, em conjunto, constituem componentes de apoio necessários à adequada execução das atividades do Projeto Etanercept e à manutenção da confiabilidade e reprodutibilidade das operações realizadas no LABPE.

Não há marca específica previamente definida para os materiais requisitados. Entretanto, as especificações técnicas estabelecidas são compatíveis com os materiais utilizados no Projeto Etanercept e encontram-se alinhadas aos requisitos técnicos e às condições estabelecidas no âmbito da Transferência de Tecnologia do projeto, conforme a fundamentação legal relacionada ao Contrato nº 27/2019, celebrado com os parceiros privados Samsung Bioepis e Bionovis S.A. A observância das características técnicas requeridas é necessária para assegurar a compatibilidade dos componentes com os sistemas e processos existentes, bem como a manutenção das condições operacionais e dos requisitos de qualidade aplicáveis. Assim, a aquisição deverá observar integralmente as especificações técnicas estabelecidas, não havendo indicação de marca específica, desde que os materiais ofertados atendam aos requisitos definidos.

A pré-qualificação ou padronização específica de marca não se aplica aos itens requisitados, devendo ser observadas, para fins de aquisição, as características e especificações técnicas estabelecidas para cada material.

A estimativa das quantidades foi estabelecida com base na projeção das atividades de produção previstas para o LABPE, nas necessidades associadas ao Projeto Etanercept e nas especificações dos materiais requeridos para a execução e suporte às operações de fabricação. O dimensionamento considera ainda as necessidades operacionais do Laboratório Piloto de Eucariotos e margem de segurança para eventuais ajustes ou adequações decorrentes da execução das atividades, de modo a assegurar a disponibilidade dos insumos necessários à continuidade das operações.

Pedido de compra nº 223032

Os materiais relacionados destinam-se à execução de manutenções preventivas, corretivas e preditivas no Parque Fabril de Bio-Manguinhos, abrangendo atividades de substituição, limpeza, inspeção, monitoramento e instalação de filtros e elementos filtrantes utilizados em sistemas de combustível, refrigeração, climatização, hidráulicos, água gelada, utilidades e demais equipamentos industriais. A disponibilidade desses materiais é necessária para assegurar a confiabilidade, a segurança e a continuidade operacional dos sistemas e equipamentos empregados nas atividades produtivas, laboratoriais e de infraestrutura da unidade.

O item 12809 – FILTRO COMBUSTÍVEL DIESEL; FF202; APL MOTOR CUMMINS KTTA 50 G2 é utilizado na substituição de filtros de combustível diesel de motores Cummins empregados em sistemas de geração e contingência, como DRUPS, contribuindo para a retenção de impurezas, proteção do sistema de injeção e operação segura dos motores. O item 16823 – FILTRO SECADOR; SÍLICA GEL; COBRE 3/4; 100MM; REF.: 1/4 x 3/16 é empregado em sistemas de refrigeração para remoção de umidade e contaminantes do circuito frigorígeno, contribuindo para a prevenção de corrosão interna, formação de ácidos e falhas nos componentes. O item 19284 – FILTRO Y; EM AÇO FUNDIDO; 3/4”; APL CALDEIRAS é utilizado em sistemas de caldeiras, permitindo a retenção de partículas sólidas e a proteção de válvulas, bombas e trocadores de calor. O item 26187 – FILTRO SECADOR; NÚCLEO; D-48; 5,51 x 3,78 x 1,85; APL REFRIGERADOR é destinado à manutenção de refrigeradores industriais, sendo empregado na substituição do núcleo secador para controle de umidade e contaminantes presentes no fluido refrigerante.

O item 3878 – FILTRO SECADOR; TIPO ST; 210 x 3/8; COM ROSCA é destinado à substituição de filtros secadores em sistemas de refrigeração e climatização, contribuindo para a proteção dos compressores e para a eficiência do sistema. O item 4138 – FILTRO SECADOR; FLIGOR; CAPAC. 350; 1/2 é utilizado em manutenções preventivas e corretivas de sistemas frigoríficos, auxiliando na remoção de umidade e partículas do circuito. O item 65560 – FILTRO Y; SANITÁRIO; AÇO INOX 304L; TC; 2” BSP é empregado em linhas sanitárias de utilidades e processo para retenção de partículas sólidas e proteção dos equipamentos, observando as características necessárias às instalações sanitárias e aos requisitos de Boas Práticas de Fabricação.

O item 42958 – FILTRO ÓLEO; INTERNO; MICROFIBRA; 2 µ; APL COMPRESSOR CARRIER é utilizado na substituição de filtros de óleo de compressores Carrier, contribuindo para a retenção de partículas finas, preservação do lubrificante e proteção dos componentes internos. O item 45438 – FILTRO Y; BRONZE; 1/2” BSPT; MALHA 0,8 MM; APL CHI029 é empregado na limpeza, inspeção e substituição de filtro tipo “Y” do sistema CHI029, contribuindo para a proteção de válvulas, sensores e bombas. O item 45487 – FILTRO Y; CORPO EM BRONZE; 1.1/2”; APL FAC234 é utilizado nas manutenções do sistema FAC234 para retenção de partículas sólidas e preservação da

integridade hidráulica. O item 45574 – FILTRO Y; CORPO EM BRONZE; 1”; APL SISTEMA HIDRÁULICO é destinado à proteção de sistemas hidráulicos, evitando a passagem de partículas que possam causar danos aos componentes e comprometer a continuidade operacional.

O item 63928 – PRÉ-FILTRO; BOMBA ALIMENTADORA; MANUAL; OM447 / OM449 é empregado nas manutenções de bombas alimentadoras, realizando a pré-filtragem do fluido e contribuindo para a proteção do conjunto motobomba e para o aumento da vida útil do sistema. O item 64624 – FILTRO Y; BRONZE; PN20; 2” BSP é utilizado em sistemas de utilidades e água gelada, especialmente em atividades de limpeza, inspeção e substituição, contribuindo para a retenção de partículas e proteção dos equipamentos instalados a jusante.

Os materiais são necessários para a execução de atividades rotineiras e programadas de manutenção, incluindo substituição de filtros, elementos filtrantes e óleo; monitoramento e substituição de filtros grossos, filtros finos, filtros manta e filtros HEPA; avaliação de vestígios de óleo em filtros secadores; limpeza, inspeção e substituição de filtros tipo “Y”; instalação e adequação de filtros em sistemas de água gelada, ar e demais utilidades; confecção e adequação de quadros, grades e suportes destinados à instalação de filtros; substituição de elementos filtrantes vencidos, saturados, danificados ou quebrados; correção de vazamentos, gotejamentos e demais anomalias associadas aos sistemas de filtragem; realização de testes de integridade de filtros HEPA; além de intervenções em incubadoras, unidades de tratamento de ar (AHUs), DRUPS, purificadores de água, compressores, caldeiras e sistemas de climatização.

A necessidade desses materiais decorre do fato de que filtros e elementos filtrantes são componentes sujeitos à saturação, desgaste, contaminação e degradação em razão do uso contínuo e das condições de operação dos sistemas industriais e produtivos. Sua substituição, limpeza, inspeção e monitoramento são necessários para o cumprimento dos planos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, dos procedimentos operacionais aplicáveis, das orientações técnicas dos fabricantes dos equipamentos e dos requisitos relacionados às Boas Práticas de Fabricação e ao controle ambiental, além de atender às necessidades identificadas durante inspeções técnicas e avaliações de desempenho operacional.

A utilização de filtros adequados e compatíveis com cada aplicação contribui para a eficiência dos processos de filtragem, proteção dos equipamentos e componentes, redução de falhas mecânicas e operacionais, controle de contaminantes e manutenção da estabilidade dos parâmetros ambientais e de processo. Nos sistemas e ambientes sujeitos a requisitos sanitários e de controle ambiental, a adequada manutenção dos elementos filtrantes também contribui para a preservação das condições requeridas para as atividades produtivas e laboratoriais e para o atendimento às exigências regulatórias aplicáveis.

A não aquisição dos materiais poderá comprometer a execução das manutenções programadas e emergenciais, ocasionando a permanência de filtros vencidos, saturados ou danificados em operação, redução da eficiência de sistemas de filtragem, comprometimento da qualidade do ar, da água e de outros fluidos, aumento do risco de falhas e danos aos equipamentos, ocorrência de paralisações não programadas e dificuldades para manutenção das condições operacionais requeridas nas áreas produtivas, técnicas e laboratoriais. Poderá ainda contribuir para a ocorrência de não conformidades identificadas em inspeções e auditorias internas, externas ou sanitárias.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, abrangendo sistemas de climatização, ar-condicionado e unidades de tratamento de ar, sistemas de água gelada, água potável e demais utilidades, sistemas hidráulicos, de óleo e combustível, incubadoras, compressores, caldeiras, DRUPS e demais equipamentos e instalações industriais, incluindo áreas produtivas classificadas e respectivas casas de máquinas e áreas técnicas.

A aquisição tem por objetivo assegurar a disponibilidade dos filtros e elementos filtrantes necessários à execução das manutenções preventivas, corretivas e preditivas, contribuindo para a manutenção da eficiência e segurança dos sistemas, o atendimento aos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, a mitigação de riscos operacionais, ambientais e sanitários e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e de infraestrutura de Bio-Manguinhos.

Os filtros constituem componentes relevantes para a infraestrutura industrial da unidade, desempenhando funções essenciais de controle e retenção de partículas e contaminantes, proteção de equipamentos e manutenção das condições adequadas de operação dos sistemas. Dessa forma, a disponibilidade desses materiais contribui para a confiabilidade da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades institucionais e para o atendimento das demandas relacionadas à produção e ao fornecimento de produtos de interesse do Sistema Único de Saúde.

A estimativa das quantidades foi estabelecida considerando o histórico de ordens de manutenção e intervenções realizadas, a frequência de substituição, limpeza e monitoramento dos filtros, a quantidade e características dos equipamentos e sistemas instalados, o desgaste natural e a vida útil dos elementos filtrantes, a necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento de demandas emergenciais e as demandas de manutenção previstas para o exercício de 2026. O dimensionamento busca assegurar disponibilidade suficiente dos materiais para o atendimento das intervenções programadas e das necessidades eventuais identificadas durante a operação dos sistemas.

Pedido de compra nº 223063

Os itens listados em epígrafe abrangem uma ampla gama de componentes, instrumentos de medição, conexões, espigões, válvulas, reguladores, suportes, materiais de fixação, elementos de vedação e equipamentos auxiliares, destinados à operação, manutenção preventiva e manutenção corretiva das instalações, equipamentos e sistemas industriais do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses materiais são necessários para assegurar a adequada execução das intervenções de manutenção e a continuidade operacional dos sistemas utilizados nas atividades produtivas, laboratoriais, de utilidades e de infraestrutura da unidade.

Os materiais são empregados em diferentes aplicações técnicas, incluindo a interligação, conexão e vedação de sistemas hidráulicos e pneumáticos; o controle e monitoramento de variáveis como pressão, temperatura e vazão; o suporte, amortecimento, fixação e estabilização de equipamentos e estruturas; a manutenção de linhas de utilidades e infraestrutura predial; bem como a realização de reparos, substituições e adequações necessárias ao funcionamento dos sistemas. Sua utilização adequada contribui para a operação contínua e segura dos processos, reduzindo riscos de falhas, vazamentos, perdas de desempenho e interrupções não programadas.

A diversidade dos componentes requisitados decorre das diferentes necessidades de manutenção existentes no Parque Fabril. Os instrumentos de medição, como termômetros, manômetros e pressostatos, são utilizados para monitoramento e controle das variáveis operacionais dos sistemas, possibilitando a identificação de alterações e o acompanhamento das condições de funcionamento dos equipamentos. As conexões, espigões, adaptadores e acoplamentos são empregados na interligação de tubulações, mangueiras e demais componentes, contribuindo para a integridade e estanqueidade das instalações. Os componentes mecânicos e elementos de fixação, incluindo rebites, calços, rolamentos e molas, são utilizados em intervenções destinadas à manutenção da estabilidade, fixação, movimentação e funcionamento adequado de equipamentos e estruturas.

Os materiais destinados à vedação e fixação, tais como fitas, colas e primers, são empregados na montagem, reparo e manutenção de juntas e conexões, contribuindo para a estanqueidade e durabilidade das intervenções realizadas. Os equipamentos auxiliares, incluindo ventiladores, compressores e bombas manuais, são utilizados como suporte às atividades de manutenção, aos sistemas de utilidades e às operações relacionadas à movimentação de fluidos e ao funcionamento das instalações. A utilização desses componentes deve observar as características e especificações técnicas adequadas a cada aplicação, de modo a garantir compatibilidade com os sistemas existentes e segurança durante as intervenções.

Os materiais estão sujeitos a diferentes condições de operação, incluindo desgaste natural, corrosão, vibração, pressão, variações de temperatura e uso contínuo, fatores que podem ocasionar perda de desempenho, deterioração ou necessidade de substituição ao longo do tempo. Dessa forma, a disponibilidade desses componentes é necessária para atendimento das demandas identificadas nos planos de manutenção preventiva e corretiva, nos procedimentos operacionais aplicáveis, nas inspeções técnicas e nas recomendações dos fabricantes dos equipamentos, permitindo a realização tempestiva de reparos, substituições e adequações.

A indisponibilidade dos materiais poderá dificultar ou inviabilizar a execução de manutenções programadas e emergenciais, ocasionando interrupções ou falhas em sistemas de utilidades e processos industriais, prolongamento do tempo de indisponibilidade de equipamentos, necessidade de soluções provisórias ou inadequadas, ocorrência de vazamentos de fluidos e comprometimento da segurança operacional. Em sistemas e ambientes submetidos a requisitos sanitários e de Boas Práticas de Fabricação, a ausência dos componentes necessários às intervenções de manutenção também poderá comprometer as condições requeridas para a operação e contribuir para a ocorrência de não conformidades.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, abrangendo sistemas de utilidades, incluindo água, vapor, ar comprimido e gases, linhas de processo industrial, casas de máquinas, áreas técnicas, equipamentos industriais e prediais e demais instalações necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais, incluindo áreas produtivas sujeitas a requisitos específicos de controle ambiental e sanitário.

A aquisição tem por objetivo assegurar a disponibilidade dos componentes, instrumentos, conexões, elementos de fixação, materiais de vedação e equipamentos auxiliares necessários à execução das manutenções preventivas e corretivas, contribuindo para a operação segura e confiável dos sistemas hidráulicos, pneumáticos e industriais, a redução de paradas não programadas, a preservação dos equipamentos e instalações, a mitigação de riscos mecânicos, operacionais e sanitários e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais, de utilidades e prediais de Bio-Manguinhos.

Os materiais possuem relevância para a infraestrutura industrial e operacional de Bio-Manguinhos, uma vez que apoiam diretamente as intervenções necessárias à manutenção das condições adequadas de funcionamento dos sistemas e equipamentos. A disponibilidade desses componentes contribui para a confiabilidade das atividades de manutenção, para a estabilidade dos processos e para a continuidade da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades institucionais e ao atendimento das demandas relacionadas à produção e ao fornecimento de produtos de interesse do Sistema Único de Saúde.

A estimativa das quantidades foi estabelecida considerando o histórico de consumo e reposição dos materiais em atividades de manutenção, a quantidade e as características dos sistemas, conexões e equipamentos instalados, o desgaste decorrente do uso contínuo, a periodicidade estabelecida nos planos de manutenção e procedimentos operacionais vigentes, a necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento de demandas emergenciais e as necessidades previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026. O dimensionamento busca assegurar a disponibilidade dos materiais necessários para atendimento das intervenções programadas e das demandas eventuais decorrentes da operação e manutenção das instalações e equipamentos.

Pedido de compra nº 223043

Os itens em epígrafe, compostos por espigões rígidos e adaptadores em CPVC, aço inoxidável AISI 304/316L e latão, são componentes destinados à interligação de tubos, mangueiras, válvulas, instrumentos e equipamentos integrantes dos sistemas de utilidades e processos industriais do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses materiais possibilitam a adequada conexão entre os diferentes componentes das instalações, assegurando a continuidade da condução de fluidos, a estanqueidade das linhas e a resistência mecânica necessária às condições de operação dos sistemas.

Os componentes são utilizados em sistemas de utilidades industriais, linhas de processo, equipamentos industriais e de instrumentação, sistemas sanitários e infraestrutura predial, bem como nas atividades de manutenção preventiva e corretiva. Sua aplicação contempla sistemas destinados à condução de água, ar comprimido, gases e outros fluidos compatíveis, sendo necessária a utilização de materiais adequados às características de cada instalação e às condições de operação.

Durante o funcionamento dos sistemas, os espigões e adaptadores estão sujeitos à pressão interna, vibrações, movimentação de mangueiras, variações de temperatura e características físico-químicas dos fluidos, além de frequentes operações de montagem e desmontagem decorrentes das atividades de manutenção. Essas condições podem provocar desgaste, corrosão ou danos mecânicos, comprometendo a estanqueidade das conexões e a integridade das linhas. A substituição dos componentes quando identificadas condições de desgaste ou avaria é necessária para preservar a segurança e a confiabilidade dos sistemas e evitar vazamentos e interrupções operacionais.

A utilização de espigões e adaptadores compatíveis com os diâmetros das tubulações e mangueiras, os padrões de rosca aplicáveis, como BSP e NPT, e os materiais adequados aos fluidos conduzidos é necessária para garantir conexões seguras e estanques, além de contribuir para a proteção das tubulações, mangueiras, válvulas, instrumentos e equipamentos interligados. A correta especificação desses componentes também contribui para a manutenção das condições operacionais requeridas e, quando aplicável, para o atendimento aos requisitos de Boas Práticas de Fabricação e às normas sanitárias e de segurança pertinentes.

A indisponibilidade dos materiais poderá comprometer a execução das manutenções preventivas e corretivas, ocasionando dificuldades na realização de reparos e substituições, vazamentos, falhas nos sistemas de condução de

fluidos e interrupções não programadas de equipamentos e processos. A utilização de componentes inadequados ou soluções provisórias também poderá comprometer a confiabilidade das instalações e aumentar os riscos operacionais, além de contribuir para a ocorrência de não conformidades em inspeções e auditorias internas, externas ou sanitárias.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, abrangendo sistemas de utilidades, como água, vapor, ar comprimido e gases, linhas de processo industrial, casas de máquinas, áreas técnicas, equipamentos industriais e prediais e demais instalações que utilizem tubulações, mangueiras e conexões para condução de fluidos, incluindo áreas produtivas sujeitas a requisitos específicos de controle ambiental e sanitário.

A aquisição tem por objetivo assegurar a disponibilidade dos espigões e adaptadores necessários à execução das atividades de manutenção, reparo, substituição e adequação das instalações, contribuindo para a confiabilidade das conexões entre tubos, mangueiras e equipamentos, a continuidade operacional dos sistemas hidráulicos e pneumáticos, a redução de riscos de vazamentos e falhas e a manutenção das condições adequadas de funcionamento das instalações produtivas, laboratoriais, de utilidades e prediais de Bio-Manguinhos.

A estimativa das quantidades foi estabelecida considerando o histórico de consumo desses componentes nas atividades de manutenção hidráulica e pneumática, a quantidade de conexões existentes nos sistemas, o desgaste decorrente do uso contínuo, a periodicidade das intervenções prevista nos planos de manutenção e procedimentos operacionais vigentes, a necessidade de estoque mínimo para atendimento de demandas emergenciais e as necessidades previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026. O dimensionamento busca assegurar a disponibilidade dos materiais necessários para atendimento das intervenções programadas e das demandas eventuais decorrentes da operação e manutenção das instalações.

Pedido de compra nº 222783

Os itens em epígrafe compreendem um conjunto diversificado de materiais de consumo, componentes e acessórios destinados às atividades de manutenção preventiva e corretiva predial, mecânica, hidráulica, civil e estrutural do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses materiais são necessários para a realização de reparos, substituições, adequações e intervenções nas instalações, edificações, equipamentos e sistemas de apoio, contribuindo para a manutenção das condições adequadas de funcionamento, segurança e conservação da infraestrutura institucional.

Os materiais abrangem conexões hidráulicas, sifões, uniões, joelhos, reduções, mangueiras, gaxetas e elementos de vedação; componentes metálicos, estruturais e de fixação, como perfis, vergalhões, abraçadeiras, trilhos, correntes, suportes, calhas e grelhas; ferragens, fechaduras, trincos, fechos, molas aéreas, corrediças e acessórios de portas; materiais destinados à vedação, selagem, proteção e acabamento, incluindo silicones, veda-frestas, veda-portas, vernizes, resinas, catalisadores e fundos anticorrosivos; além de componentes empregados na manutenção de mobiliários, equipamentos, sistemas de drenagem, esgoto, utilidades e sistemas auxiliares, tais como acoplamentos, gaxetas, conectores, plugues, espigões e adaptadores.

A utilização desses materiais ocorre de forma contínua em razão do desgaste natural decorrente do uso das instalações e equipamentos, da necessidade de recomposição de elementos estruturais e funcionais, de adequações de layout e infraestrutura e da realização de intervenções destinadas à correção de vazamentos, folgas, corrosão, deterioração, falhas mecânicas e demais anomalias identificadas durante as atividades de inspeção e manutenção. Os materiais também são necessários para o atendimento das Ordens de Manutenção Preventiva e Corretiva e para a realização tempestiva de intervenções programadas ou emergenciais.

Considerando que Bio-Manguinhos desenvolve atividades em ambiente industrial farmacêutico, incluindo áreas submetidas a requisitos específicos de controle ambiental e sanitário, a adequada conservação das edificações, instalações, utilidades e sistemas de apoio constitui condição necessária à continuidade das atividades institucionais. As intervenções de manutenção devem ser realizadas de forma controlada e compatível com as características de cada área e sistema, observando os Procedimentos Operacionais Padrão aplicáveis, os planos de manutenção, as especificações técnicas dos equipamentos e as exigências regulatórias pertinentes.

A disponibilidade desses materiais permite a realização de intervenções pontuais e direcionadas, possibilitando a substituição apenas dos componentes comprometidos e a recomposição das condições adequadas de funcionamento das instalações, evitando a necessidade de intervenções extensivas, paralisações prolongadas de áreas produtivas e laboratoriais e custos decorrentes de danos ou falhas que poderiam ser prevenidos ou corrigidos em tempo

adequado. A manutenção regular também contribui para a preservação da integridade física e funcional das instalações, para o prolongamento da vida útil dos ativos institucionais e para a redução de riscos operacionais, estruturais e sanitários.

A indisponibilidade dos materiais poderá comprometer a execução das manutenções preventivas e corretivas, ocasionando o agravamento de desgastes e falhas existentes, ocorrência de vazamentos, corrosão, problemas estruturais, falhas mecânicas e deterioração de componentes prediais e industriais. Em situações que demandem intervenção imediata, a ausência dos materiais adequados poderá prolongar a indisponibilidade de equipamentos ou áreas, aumentar os riscos à segurança dos trabalhadores e das instalações e contribuir para a ocorrência de não conformidades durante inspeções e auditorias internas, externas ou sanitárias.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, abrangendo áreas produtivas submetidas a requisitos específicos de controle, sistemas de utilidades e infraestrutura predial, casas de máquinas e áreas técnicas, laboratórios e áreas de apoio, estruturas metálicas, civis e hidráulicas, áreas externas e sistemas de drenagem, além de demais instalações necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais.

A aquisição tem por objetivo assegurar a disponibilidade contínua dos materiais necessários às rotinas de manutenção predial, mecânica, hidráulica, civil e estrutural, possibilitando a execução eficiente das intervenções preventivas e corretivas, a preservação da segurança estrutural, mecânica e sanitária das instalações, a redução de riscos operacionais e de não conformidades, a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e prediais e o atendimento tempestivo às demandas emergenciais identificadas no Parque Fabril.

Os materiais apresentam relevância para a infraestrutura institucional por possibilitarem a manutenção das edificações, sistemas de apoio, instalações hidráulicas, estruturas, equipamentos e demais ativos necessários ao funcionamento do Parque Fabril. A sua disponibilidade contribui para a confiabilidade das intervenções de manutenção, para a preservação da infraestrutura e para a continuidade das atividades desenvolvidas por Bio-Manguinhos, inclusive aquelas relacionadas à produção e ao atendimento das demandas institucionais destinadas ao Sistema Único de Saúde.

A estimativa das quantidades foi estabelecida considerando o histórico de consumo dos materiais nas atividades de manutenção predial, mecânica, hidráulica, civil e estrutural, o desgaste natural das instalações e equipamentos, a frequência das intervenções previstas nos planos de manutenção, a necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento de demandas emergenciais e as necessidades projetadas para o Parque Fabril no exercício de 2026. O dimensionamento busca assegurar a disponibilidade dos materiais necessários para a execução das intervenções programadas e para o atendimento de ocorrências que demandem reposição ou substituição imediata de componentes.

Pedido de compra nº 222783

Os itens em epígrafe compreendem um conjunto diversificado de materiais de consumo, componentes e acessórios destinados às atividades de manutenção preventiva e corretiva predial, mecânica, hidráulica, civil e estrutural do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses materiais são necessários para a realização de reparos, substituições, adequações e intervenções destinadas à preservação das condições de funcionamento, segurança e conservação das edificações, instalações, equipamentos e sistemas de apoio da unidade.

Os materiais incluem conexões hidráulicas, sifões, uniões, joelhos, reduções, mangueiras, gaxetas e elementos de vedação; componentes metálicos, estruturais e de fixação, como perfis, vergalhões, abraçadeiras, trilhos, correntes, suportes, calhas e grelhas; ferragens, fechaduras, trincos, fechos, molas aéreas, corrediças e acessórios de portas; materiais destinados à vedação, selagem, proteção e acabamento, incluindo silicones, veda-frestas, veda-portas, vernizes, resinas, catalisadores e fundos anticorrosivos; itens empregados na manutenção de mobiliários, equipamentos, sistemas de drenagem, esgoto e utilidades; além de componentes de reposição para equipamentos e sistemas auxiliares, tais como acoplamentos, gaxetas, conectores, plugues, espigões e adaptadores.

A utilização desses materiais ocorre de forma contínua em razão do desgaste natural decorrente do uso das instalações e equipamentos, da necessidade de recomposição estrutural e funcional de sistemas prediais e industriais, de adequações de layout e infraestrutura e da correção de vazamentos, folgas, corrosão, deterioração e falhas mecânicas. Os materiais também são empregados no atendimento às Ordens de Manutenção Preventiva e Corretiva, possibilitando a realização de intervenções programadas e emergenciais necessárias à preservação da segurança operacional, sanitária e estrutural das áreas.

Considerando que Bio-Manguinhos desenvolve suas atividades em ambiente industrial farmacêutico, incluindo áreas submetidas a requisitos específicos de controle ambiental e sanitário, a adequada manutenção das edificações, instalações, utilidades e sistemas de apoio constitui condição necessária para a continuidade das atividades institucionais. As intervenções devem ser realizadas de maneira planejada e controlada, em observância aos Procedimentos Operacionais Padrão aplicáveis, aos planos de manutenção, às especificações técnicas dos equipamentos e às exigências regulatórias pertinentes, de modo a preservar as condições adequadas de funcionamento das áreas e sistemas.

A disponibilidade desses materiais permite a realização de intervenções pontuais, possibilitando a substituição ou reparo dos componentes comprometidos sem a necessidade de intervenções extensivas nas instalações. Essa condição contribui para evitar o agravamento de falhas, reduzir o tempo de indisponibilidade de áreas e equipamentos, minimizar a necessidade de reformas de maior abrangência e preservar a vida útil dos ativos institucionais, além de reduzir os riscos decorrentes da deterioração de componentes estruturais, mecânicos e hidráulicos.

A indisponibilidade dos materiais poderá comprometer a execução das manutenções preventivas e corretivas e ocasionar o agravamento de desgastes e falhas existentes, ocorrência de vazamentos, corrosão, problemas estruturais, falhas mecânicas e deterioração de componentes prediais e industriais. Em situações que demandem intervenção imediata, a ausência dos materiais adequados poderá prolongar a indisponibilidade de equipamentos ou áreas, aumentar os riscos à segurança das instalações e contribuir para a ocorrência de não conformidades identificadas durante inspeções, auditorias internas, externas ou sanitárias.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, abrangendo áreas produtivas submetidas a requisitos específicos de controle, sistemas de utilidades e infraestrutura predial, casas de máquinas e áreas técnicas, laboratórios e áreas de apoio, estruturas metálicas, civis e hidráulicas, áreas externas e sistemas de drenagem, além das demais instalações necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais.

A aquisição tem por objetivo assegurar a disponibilidade contínua dos materiais necessários às rotinas de manutenção predial, mecânica, hidráulica, civil e estrutural, possibilitando a execução adequada das intervenções preventivas e corretivas, a preservação da segurança estrutural, mecânica e sanitária das instalações, a redução de riscos operacionais e de não conformidades e o atendimento tempestivo às demandas programadas e emergenciais de manutenção, contribuindo para a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e prediais.

Os materiais apresentam relevância para a infraestrutura fabril de Bio-Manguinhos por possibilitarem a manutenção das edificações, instalações hidráulicas, estruturas, equipamentos e sistemas de apoio necessários ao funcionamento do Parque Fabril. A disponibilidade desses insumos contribui para a confiabilidade das intervenções de manutenção, para a preservação da infraestrutura institucional e para a continuidade das atividades desenvolvidas pela unidade, inclusive aquelas relacionadas à produção e ao atendimento das demandas institucionais destinadas ao Sistema Único de Saúde.

A estimativa das quantidades foi estabelecida considerando o histórico de consumo dos materiais nas atividades de manutenção predial, mecânica e hidráulica, o desgaste natural das instalações e equipamentos, a frequência das intervenções previstas nos planos de manutenção, a necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento de demandas emergenciais e as necessidades projetadas para o Parque Fabril no exercício de 2026. O dimensionamento busca assegurar a disponibilidade dos materiais necessários para a execução das intervenções programadas e para o atendimento de ocorrências que demandem reparo, substituição ou reposição de componentes.

Pedido de compra nº 223043

Os itens em epígrafe, compostos por ESPIGÕES RÍGIDOS E ADAPTADORES EM CPVC, AÇO INOX 304/316L E LATÃO, são componentes destinados à interligação segura de tubos, mangueiras, válvulas, instrumentos e equipamentos nos sistemas de utilidades, processos industriais e infraestrutura do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses componentes possibilitam a adequada conexão entre diferentes trechos de tubulações e mangueiras, assegurando a continuidade da condução de fluidos, como água, ar comprimido e gases, além de contribuírem para a estanqueidade e a resistência mecânica das instalações.

Os materiais são empregados em sistemas de utilidades industriais, linhas de processo produtivo, equipamentos industriais e de instrumentação, sistemas sanitários e infraestrutura predial, bem como nas atividades de manutenção preventiva e corretiva. Sua aplicação permite a realização de intervenções e substituições de trechos de tubulação de

forma adequada, proporcionando maior agilidade nas atividades de manutenção e contribuindo para a conservação e o funcionamento regular dos sistemas existentes.

Durante sua utilização, os espigões e adaptadores estão sujeitos à pressão interna dos sistemas, vibrações e movimentações decorrentes da operação das mangueiras, variações de temperatura e características químicas dos fluidos conduzidos, além de frequentes processos de montagem e desmontagem durante intervenções de manutenção. O desgaste natural, a corrosão ou eventuais danos mecânicos podem comprometer a estanqueidade das conexões, ocasionar vazamentos e afetar a continuidade operacional dos sistemas, podendo ainda gerar riscos à segurança dos equipamentos e das pessoas.

Nesse contexto, a disponibilidade de espigões e adaptadores compatíveis com os diâmetros das tubulações e mangueiras, os padrões de rosca aplicáveis, como BSP ou NPT, e os materiais adequados às condições de operação e aos fluidos conduzidos é necessária para assegurar conexões confiáveis e estanques. A correta especificação desses componentes contribui para a preservação das tubulações, mangueiras e equipamentos conectados, bem como para a execução das atividades de manutenção em condições adequadas de segurança e confiabilidade, observando-se os procedimentos internos aplicáveis e os requisitos relacionados às Boas Práticas de Fabricação (BPF), quando pertinentes.

A indisponibilidade desses componentes pode dificultar ou retardar intervenções de manutenção, ocasionar vazamentos ou falhas nas linhas de fluidos, provocar interrupções não planejadas nos sistemas e aumentar os riscos operacionais e sanitários. Também pode demandar a adoção de soluções improvisadas ou tecnicamente inadequadas, comprometendo a confiabilidade das instalações e podendo contribuir para a ocorrência de não conformidades durante inspeções, auditorias ou verificações internas e externas.

Os itens serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, abrangendo sistemas de utilidades, linhas de processo industrial, casas de máquinas, áreas técnicas, equipamentos industriais e prediais, sistemas hidráulicos e pneumáticos e demais estruturas que demandem interligações e conexões para condução de fluidos, inclusive nas áreas produtivas em que sejam aplicáveis requisitos específicos de controle e manutenção.

A contratação tem por objetivo assegurar a disponibilidade desses componentes para atendimento às demandas de manutenção preventiva e corretiva, possibilitando a realização adequada de intervenções, a reposição de conexões desgastadas ou danificadas e a manutenção da continuidade operacional dos sistemas hidráulicos, pneumáticos e de utilidades. Dessa forma, busca-se preservar a integridade das instalações, reduzir riscos de vazamentos e falhas mecânicas, apoiar a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e prediais e manter as condições necessárias ao funcionamento confiável da infraestrutura do Parque Fabril.

A relevância desses materiais está associada à sua função como elementos de conexão das redes e equipamentos responsáveis pela condução de fluidos essenciais à operação das instalações. A manutenção da integridade dessas conexões contribui para a segurança operacional, a confiabilidade dos sistemas e a adequada execução das intervenções de manutenção, reduzindo a possibilidade de paralisações decorrentes de falhas em componentes de conexão e apoiando a continuidade das atividades desenvolvidas por Bio-Manguinhos.

A estimativa das quantidades considera o histórico de consumo nas atividades de manutenção hidráulica e pneumática, a quantidade e as características das conexões existentes nos sistemas, o desgaste natural decorrente do regime de operação, a frequência das intervenções previstas nos planos de manutenção e procedimentos operacionais aplicáveis, a necessidade de disponibilidade para atendimentos emergenciais e as demandas projetadas para o Parque Fabril no exercício de 2026.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEAUT/SEELT/SEMRE/SELET/SEMCA/SEMMA	LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO
SEPMA-QUA	IGOR BARBOSA DA SILVA
LABPE	MARIA DO CARMO MEDEIROS GONCALVES
LAFIQ	SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento teve como objetivo verificar e demonstrar que a solução proposta, Aquisição de Material para manutenção, representa, de forma inequívoca, a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, superando outras possibilidades analisadas para suprir a necessidade identificada. A análise realizada comprovou a pertinência da escolha e evidenciou a racionalidade administrativa que fundamenta a decisão.

A opção pela aquisição em questão não se limita ao atendimento de uma demanda pontual, mas está definitivamente alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Tais fundamentos consolidam a legitimidade do processo e demonstram, com segurança, que a decisão adotada garante o melhor interesse coletivo, preservando a qualidade dos serviços prestados e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

6. Descrição da solução como um todo

Nesta seção, descreve-se a solução técnica proposta para atender à necessidade administrativa, incluindo as características essenciais e os requisitos preliminares. A solução especificada visa manter em operação todo o parque fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, bem como seus projetos e laboratórios onde são realizadas análises físico-químicas e estudos. Esse modelo, já em uso, otimiza o processo, reduzindo desperdícios de tempo e de informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de simplificar procedimentos administrativos e reduzir custos financeiros.

A fundamentação legal específica para a aquisição será devidamente detalhada no Termo de Referência (TR), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. No TR, serão definidos os dispositivos legais que sustentam a contratação, contemplando os critérios de economicidade, eficiência e sustentabilidade. A justificativa para cada etapa será embasada nos princípios da Administração Pública e na aderência às normas vigentes, garantindo clareza, transparência e segurança jurídica ao processo, de modo a assegurar a solução mais vantajosa para o interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários. É importante ressaltar que tais quantidades são estimativas e, portanto, a CONTRATANTE não estará obrigada a requisitar a entrega em sua totalidade. O fornecimento será realizado sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho e documento de Autorização de Entrega de Material (AEM).

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

a. Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;

b. Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade;

c. Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;

d. Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano sequente;

e. Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

Pedido	Código	Material / Serviço	Unid	Qtd
220051	35451	BOBINA,IMPRESSAO;REGISTRADOR;KRN50;3604,AUTONICS;APL FORNO	UN	20
223253	40026	MODULO,REGULACAO;BK5220;BECKHOFF;APL BIOENGINEERING	UN	1
223308	41719	FOTOCELULA;WLG4S-3F2234VS04;1050832,SICK;APL ENVASADORA	UN	1
221351	44702	TAMPAO,CEGO;AISI-316L;0,5/0,75MM;SEM COSTURA;TRI-CLAMP	UN	20
223032	45487	FILTROY;CORPO/BRONZE;1.1/2;APL FAC234	UN	6
223219	45677	MOTOR;INDUCAO;MONOFASICO;220V;60HZ;F2000 V4,PECCININ	UN	2
223039	46797	MANOMETRO;4;AISI 304;ESCALA 0-10KGF/CM2;ROSCA 1/2 BSP	UN	12
222974	47123	VENTOSA;B8;CLOROPRENE;50SHORE;3150287,PIAB;APL NOVA CAM	UN	56
225358	47123	VENTOSA;B8;CLOROPRENE;50SHORE;3150287,PIAB;APL NOVA CAM	UN	44
223063	47163	ADAPTADOR STORZ;HIDRANTE; 2.1/2 X 2.1/2	UN	4
223063	47165	TAMPAO;STORZ;CEGO;CORRENTE; 2.1/2	UN	4
223154	49211	CONTROLADOR,COMPACTO;UCP;16ED;XP325,ALTUS;APL TQP009	UN	1
223156	49226	TERMINAL,OPERACAO;630005205,BEIJER-ELETRONICS;APL TQP009	UN	1
223043	50733	ESPIGAO;ACO INOX 304;1/2X3/8;BSP	UN	3
222837	51073	BOMBA,DIAFRAGMA;HY25FNPPPPSPSP,VALLAIR;APL CENTRAL DE SODA	UN	4
223163	53465	TRANSFORMADOR;MONOFASICO;4051-01109-0004,EIKON;APL CTAS BIO	UN	1
220129	53855	CARTUCHO,SECAGEM;65085,ANTON PAAR;APL VISCODENSIMETRO	UN	1
223392	56543	MICRO;MOTOR,ELÉTRICO;1/25-16/70W;220V;50/60HZ;1300/1500 RPM,	UN	4
223219	58339	CONTROLE,PORTAO,ELETRONICO;433MHZ;TX 3C,PECCININ	UN	1
223063	60670	PONTA,ROSCA;INOX 304;SCH40;3/4BSPX40MM	UN	3
223037	60903	VISOR,RETENTOR,FLUXO;SG-10;3/4;ROSCA BSPT	UN	6
222783	61588	CONEXAO;PLUG,SEXTAVADA;316L;1/2;BSP	UN	3
223247	61965	CONTATOR;TRIPOLAR;16A;190-220V;50/60HZ,APL SYNTEGON FR/AM	UN	3
223043	64786	ESPIGAO,TRICLAMP;INOX304L;1/2,APL MANGUEIRAS	UN	3
223392	64883	SENSOR,MAGNETICO;10W;200VDC;140VAC;1A;10OHMS;4,5CM	UN	3
223172	65079	BOBINA,ENCAP;H;IP65;PG9;13W;220V;MH13C;MH20C2701,JEFFERSON	UN	1
223342	66268	INTERFACE,IHM;24VDC;5AP1120.1505-000,B&R	UN	1

223007 66615 TOTEM,IHM;ACO,INOX-AISI304;1590X760MM;2.1/2POL OD UN 1

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Diante do aumento da demanda identificado pelos programas do Ministério da Saúde e da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, a estimativa de quantidades de materiais de consumo reflete esse crescimento. Com base nos dados históricos das aquisições anteriores, observamos um incremento significativo na necessidade de insumos devido ao aumento da capacidade de produção da unidade Bio-Manguinhos/Fiocruz e ao crescimento da demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). O material é necessário para garantir a continuidade das operações e o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, a projeção para o período contempla um aumento dos quantitativos, a fim de atender plenamente as novas exigências operacionais e os programas de saúde pública.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
51073	BOMBA,DIAFRAGMA;HY25FNPPPPSPSP,VALLAIR;APL CENTRAL DE SODA	UN	0	2	0	2	4
44702	TAMPAO,CEGO;AISI-316L;0,5/0,75MM;SEM COSTURA;TRI-CLAMP	UN	5	0	45	0	20
50733	ESPIGAO;ACO INOX 304;1/2X3/8;BSP	UN	2	0	0	0	3
60670	PONTA,ROSCA;INOX 304;SCH40;3/4BSPX40MM	UN	0	0	0	2	3
47123	VENTOSA;B8;CLOROPRENE;50SHORE;3150287,PIAB;APL NOVA CAM	UN	0	0	20	24	100
46797	MANOMETRO;4;AISI 304;ESCALA 0-10KGF/CM2;ROSCA 1/2 BSP	UN	0	11	2	10	31
61965	CONTATOR;TRIPOLAR;16A;190-220V;50/60HZ,APL SYNTEGON FR/AM	UN	0	0	0	1	3

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
53465	TRANSFORMADOR;MONOFASICO;4051-01109-0004,EIKON;APL CTAS BIO	UN	0	0	3	0	1
40026	MODULO,REGULACAO;BK5220;BECKHOFF;APL BIOENGINEERING	UN	0	9	0	0	1

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Com base nos dados históricos de consumo e no planejamento estratégico de Bio-Manguinhos/Fiocruz, a demanda por insumos para a produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos tem se mantido estável nos últimos anos. Dessa forma, a estimativa de quantidades a serem contratadas para este ciclo segue o padrão médio observado anteriormente, sem variações significativas. O planejamento para a aquisição de materiais de consumo considera as demandas dos programas do Ministério da Saúde e as necessidades operacionais da unidade, de modo a garantir a continuidade da produção e o atendimento integral ao SUS, mantendo a estimativa de compra alinhada aos volumes previamente adquiridos.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
49226	TERMINAL,OPERACAO;630005205,BEIJER-ELETRONICS;APL TQP009	UN	0	1	0	0	1
41719	FOTOCELULA;WLG4S-3F2234VS04;1050832,SICK;APL ENVASADORA	UN	0	1	1	0	1
49211	CONTROLADOR,COMPACTO;UCP;16ED;XP325,ALTUS;APL TQP009	UN	0	2	1	0	1

Como se trata de um item recentemente cadastrado, sem histórico de aquisições anteriores, a estimativa das quantidades será baseada em projeções técnicas e nos parâmetros estabelecidos pela demanda do Ministério da Saúde. A definição das quantidades levou em consideração as previsões de utilização no processo produtivo de Bio-Manguinhos/Fiocruz, alinhadas ao plano de expansão industrial e às necessidades do SUS. A projeção inicial foi elaborada com base em estudos de demanda, levando em conta a capacidade produtiva da unidade, o cronograma de implementação de novos produtos e o impacto esperado desse item na cadeia de produção.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
35451	BOBINA,IMPRESSAO;REGISTRADOR;KRN50;3604,AUTONICS;APL FORNO	UN	0	0	0	0	20

53855	CARTUCHO,SECAGEM;65085,ANTON PAAR;APL VISCODENSIMETRO	UN	0	0	0	0	1
61588	CONEXAO;PLUG,SEXTAVADA;316L;1/2;BSP	UN	0	0	0	0	3
45487	FILTROY;CORPO/BRONZE;1.1/2;APL FAC234	UN	0	0	0	0	6
64786	ESPIGAO,TRICLAMP;INOX304L;1/2,APL MANGUEIRAS	UN	0	0	0	0	3
47163	ADAPTADOR STORZ;HIDRANTE; 2.1/2 X 2.1/2	UN	0	0	0	0	5
47165	TAMPAO;STORZ;CEGO;CORRENTE; 2.1/2	UN	0	0	0	0	5
66615	TOTEM,IHM;ACO,INOX-AISI304;1590X760MM;2.1/2POL OD	UN	0	0	0	0	1
60903	VISOR,RETENTOR,FLUXO;SG-10;3/4;ROSCA BSPT	UN	0	0	0	0	6
65079	BOBINA,ENCAP;H;IP65;PG9;13W;220V;MH13C;MH20C2701,JEFFERSON	UN	0	0	0	0	1
45677	MOTOR;INDUCAO;MONOFASICO;220V;60HZ;F2000 V4,PECCININ	UN	0	0	0	0	2
58339	CONTROLE,PORTAO,ELETRONICO;433MHZ;TX 3C,PECCININ	UN	0	0	0	0	1
66268	INTERFACE,IHM;24VDC;5AP1120.1505-000,B&R	UN	0	0	0	0	1
56543	MICRO;MOTOR,ELÉTRICO;1/25-16/70W;220V;50/60HZ;1300/1500 RPM,	UN	0	0	0	0	4
64883	SENSOR,MAGNETICO;10W;200VDC;140VAC;1A;10OHMS;4,5CM	UN	0	0	0	0	3

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): SIGILOSO

O valor dessa contratação está estimado em SIGILOSO.

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade / aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65/2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo parcelamento do objeto justifica-se pela viabilidade técnica e pela vantajosidade econômica da aquisição de materiais de consumo de forma fracionada, considerando que os itens possuem natureza comum, características independentes e podem ser fornecidos de maneira autônoma, sem prejuízo à funcionalidade, à qualidade ou ao atendimento da necessidade administrativa.

O parcelamento possibilita a ampliação da competitividade, favorece a participação de um maior número de fornecedores e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2025, com a previsão de execução no exercício de 2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022. A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) para o ano de 2026, alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

I) ID pca PNCP: 33781055000135-0-000007/2026

I) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025

Classe	Desc da Classe	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
6640	EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO	254445-24/2026	3
7060	PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES	254445-23/2026	252
4730	ACESSÓRIOS E FERRAGENS ESPECIAIS PARA MANGUEIRAS, CANOS E TUBOS	254445-23/2026	286
4330	CENTRIFUGADORES, SEPARADORES E FILTROS DE PRESSÃO E A VÁCUO	254445-23/2026	358
5133	BROCAS, ALARGADORES, ESCARIADORES, MANUAIS E PARA USO EM MÁQUINAS	254445-23/2026	264
4940	EQUIPAMENTO ESPECIALIZADO DIVERSOS PARA OFICINA DE MANUTENÇÃO E REPARO	254445-23/2026	291
6650	INSTRUMENTOS ÓTICOS, EQUIPAMENTOS DE TESTE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	254445-23/2026	232
4210	EQUIPAMENTOS PARA COMBATE A INCÊNDIO	254445-23/2026	253
5975	FERRAGENS E SUPRIMENTOS DE ELETRICIDADE	254445-23/2026	333
6530	MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E SUPRIMENTOS HOSPITALARES	254445-23/2026	290
9905	CARTAZES, MOSTRUÁRIOS E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO	254445-23/2026	393
4610	EQUIPAMENTOS PARA PURIFICAÇÃO DE ÁGUA	254445-23/2026	339
6120	TRANSFORMADORES PARA ESTAÇÃO DE FORÇA E DE DISTRIBUIÇÃO	254445-23/2026	260
5950	BOBINAS E TRANSFORMADORES	254445-23/2026	273
6105	MOTORES ELÉTRICOS	254445-23/2026	241
5930	CHAVES ELÉTRICAS	254445-23/2026	321
6130	CONVERSORES ELÉTRICOS ESTÁTICOS	254445-23/2026	387
3590	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS E COMERCIAIS	254445-23/2026	340
6105	MOTORES ELÉTRICOS	254445-23/2026	241
6685	INSTRUMENTOS PARA MEDIÇÃO E CONTROLE DE PRESSÃO,TEMPERATURA E UMIDADE	254445-23/2026	350

12. Prorrogação da ARP e Quantitativos

Em conformidade com o Parecer n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, registra-se que, considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços poderá alcançar até 24 (vinte e quatro) meses, mediante prorrogação por igual período, esta fase de planejamento prevê expressamente a possibilidade de renovação dos quantitativos originalmente registrados, limitada ao quantitativo anual estimado para fins de planejamento.

A renovação dos quantitativos somente poderá ocorrer caso sejam observadas simultaneamente as seguintes condições: Comprovação da manutenção do preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto nº 11.462 /2023; Previsão expressa no edital e na própria Ata de Registro de Preços quanto à possibilidade de renovação dos quantitativos durante a prorrogação; Tratamento prévio e justificado no planejamento, nos moldes do art. 18, §1º, IV, e art. 40 da Lei nº 14.133/2021, assegurando alinhamento com o princípio da anualidade e com as estimativas de consumo; Formalização por termo aditivo dentro do prazo de vigência original, conforme orientação consolidada no Parecer n. 00075/2024 e na ON AGU nº 89/2024. A presente previsão visa garantir segurança jurídica ao procedimento, assegurar transparência aos licitantes, preservar a fidedignidade das estimativas anuais de demanda e evitar a necessidade de superdimensionamento de quantitativos no planejamento inicial, nos termos das conclusões consolidadas pela AGU.

Dessa forma, fica consignado neste ETP que a eventual prorrogação da Ata poderá contemplar a renovação dos quantitativos definidos para a contratação, observando-se que as estimativas aqui apresentadas poderão ser refinadas ou ajustadas no Termo de Referência, respeitados sempre os limites legais e as condições estabelecidas para renovação.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na cadeia de inovação e em desenvolvimento tecnológico é uma marca do instituto, assim como o domínio de tecnologias de ponta e avançados processos de produção. Parcerias com outras instituições públicas e privadas- garantem acordos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a evolução dos projetos do instituto. O cumprimento dos requerimentos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) assim como a certificação de qualidade de seus laboratórios fazem do Instituto um importante agente para a melhoria da saúde pública do país. Os resultados esperados com a aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, garantir o bom funcionamento dos equipamentos com confiabilidade dos resultados, atendendo assim as exigências de boas práticas de fabricação. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano. Evitar parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos.

14. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

15. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS:

15.1. Redução do Consumo de Energia:

- Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.
- Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.
- Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.
- Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

15.2. Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.
- Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.
- Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.
- Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.

- Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas, verificamos que a licitação/contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas, caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

IGOR BARBOSA DA SILVA

Equipe de Planejamento

MARIA DO CARMO MEDEIROS GONCALVES

Equipe de Planejamento

SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES

Equipe de Planejamento

LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO

Equipe de Planejamento

MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA

Equipe de Fiscalização

CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI

Equipe de Fiscalização

Especificações Detalhadas dos Itens:

Item : 1
Material: MODULO,REGULACAO;BK5220;BECKHOFF;APL BIOENGINEERING
MODULO PARA REGULAÇÃO E CONTROLE, ACOPLADOR DE
COMUNICAÇÃO PARA REDE
DEVICENET (SÉRIE ECONÔMICA)
REFERÊNCIA: BK5220
FABRICANTE: BECKHOFF
APLICAÇÃO: BIOENGINEERING

Item : 2
Material: MOTOR;INDUCAO;MONOFASICO;220V;60HZ;F2000 V4,PECCININ
MOTOR INDUCAO MONOFASICO 4 POLOS
TENSÃO 220V 1/3CV
REGIME: S3
1650RPM
CLASSE ISOLAMENTO: F
60HZ
MODELO: F2000 V4
FABRICANTE: PECCININ
APLICAÇÃO: PORTAO DO CTV

Item : 3
Material: MANOMETRO;4";AISI 304;ESCALA 0-10KGF/CM2;ROSCA 1/2" BSP
MANÔMETRO COM CAIXA EM AÇO INOX AISI 304;
ESCALA DE 0 A 10KGF/CM²;
CONEXÃO VERTICAL;
ROSCA DE 1/2" BSP;
DIÂMETRO DO VISOR: 4"(100MM)
COM GLICERINA

Item : 4
Material: VENTOSA;B8;CLOROPRENE;50SHORE;3150287,PIAB;APL NOVA CAM
VENTOSA;B8;CLOROPRENE PRETO;50° SHORE A; -40 ? 110 °C; REFERÊNCIA COMERCIAL:
3150287,PIAB; APLICAÇÃO: NOVA CAM

Item : 5
Material: CONTROLADOR,COMPACTO;UCP;16ED;XP325,ALTUS;APL TQP009
CONTROLADOR, COMPACTO; XP325;
UCP DE ALTA VELOCIDADE;
1 PORTA ETHERNET;
1 CANAL SERIAL RS-485;
1 INTERFACE CAN;
1 USB;
16 ED 24 VDC;
16 SD TRANSISTOR;
5 EA TENSÃO/CORRENTE;
2 EA RTD;
4 SA TENSÃO/CORRENTE;
FABRICANTE: ALTUS;
APLICAÇÃO: TQP009 - TANQUE DE ÁGUA PURIFICADA / PAVILHÃO ROCHA LIMA

Item : 6
Material: TRANSFORMADOR;MONOFASICO;4051-01109-0004,EIKON;APL CTAS BIO
TRANSFORMADOR MONOFÁSICO ; REFERENCIA COMERCIAL 4051-01109-0004 FABRICANTE EIKON
APLICAÇÂO EQUIPAMENTOS DE AUTOMAÇAO DAS CTAS DE BIOMANGUINHOS.
TRANSFORMADOR MONOFÁSICO À SECO 60HZ; POTENCIA 2000VA; TENSAO ENTRADA 440 VAC;
TENSAO SAIDA 220VAC; CLASSE IP00; MODELO TP2000. DIMENSÕES AXLXP (155X180X180)
TENSÕES COM OS TRANSFORMADORES UNIVERSAIS EIKON, VOCÊ PODE OPTAR PELAS SEGUINTES RELAÇÕES DE
TENSÃO: SAÍDAS 110 E 220V:
ENTRADA 220V E SAÍDA 110V;
ENTRADA 220V E SAÍDA 220V;
ENTRADA 380V E SAÍDA 110V;

ENTRADA 380V E SAÍDA 220V;
ENTRADA 440V E SAÍDA 110V;
ENTRADA 440V E SAÍDA 220V.
CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS
POTÊNCIA NOMINAL: 2000VA
NÚMERO DE FASES: 1
FREQUÊNCIA: 60HZ
ENROLAMENTO PRIMÁRIO TENSÃO NOMINAL: 220-380-440V
ENROLAMENTO SECUNDÁRIO TENSÃO NOMINAL: 110-220V
TENSÃO DE ISOLAÇÃO: 0.6 KV
CLASSE DE TEMPERATURA: B ? 130 ºC
ELEVAÇÃO DE TEMPERATURA: 80 ºC
TEMPERATURA AMBIENTE: ATÉ 40 ºC
DESEMPENHO: APRESENTAM BAIXAS PERDAS
LIMITE DE SOBRE TENSÃO: 5% ACIMA DO ESPECIFICADO
MÉTODO DE RESFRIAMENTO: NATURAL
PREVISÃO DE VENTILAÇÃO FORÇADA: NÃO
ISOLAÇÃO: GALVÂNICA

Item : 7
Material: MICRO;MOTOR,ELÉTRICO;1/25-16/70W;220V;50/60HZ;1300/1500 RPM,
MICRO MOTOR ELÉTRICO 1/25 - 16/70W; ALIMENTAÇÃO 220V; FREQUENCIA
50/60 HZ; ROTAÇÃO 1300/1500 RPM, 4 POLOS; CORRENTE 0,5A; GRAU DE
PROTEÇÃO IP44; FLUXO DE AR EXAUSTÃO; COM HÉLICE DE ALUMÍNIO 10";
FIXAÇÃO POR 3 PARAFUSOS NA TAMPA TRASEIRA;

Item : 8
Material: CONTROLE,PORTAO,ELETRONICO;433MHZ;TX 3C,PECCININ
CONTROLE
TIPO: PORTAO ELETRONICO
FREQUENCIA: 433 MHZ
ALCANCE: 50 M
QUANTIDADES BOTOES: 3 PROGRAMAVEIS
REFERENCIA: TX 3C
FABRICANTE: PECCININ

Item : 9
Material: VISOR,RETENTOR,FLUXO;SG-10;3/4";ROSCA BSPT
VISOR RETENTOR DE FLUXO SG-10 3/4" BSPT, UTILIZADO NA LINHA DE DRENO DE VAPOR
INDUSTRIAL DA CENTRAL DE SODA LADO A; EQUIPAMENTO TANQUE TAQ048

Item : 10
Material: CONTATOR;TRIPOLAR;16A;190-220V;50/60HZ,APL SYNTEGON FR/AM
CONTATOR TRIPOLAR; 16 AMPERES; BOBINA 190/220V 50/60HZ;
"220/230/240V 4KW E 380/400/440V 7.5KW E 660/690V 7.5KW";
APLICAÇÃO: SYNTEGON FRASCOS/AMPOLAS

Item : 11
Material: SENSOR,MAGNETICO;10W;200VDC;140VAC;1A;10OHMS;4,5CM
SENSOR MAGNÉTICO CONTATO; TIPO NA SOBREPOR; 10W TENSÃO; MÁXIMA CHAVEAMENTO 200VDC;
TENSÃO MÁXIMA CHAVEAMENTO 140VAC; CORRENTE MÁXIMA 1A; RESISTÊNCIA DE CONTATO 10M
OHMS; EXTENSÃO DA PECA 4,5CM.

Item : 12
Material: BOBINA,ENCAP;H;IP65;PG9;13W;220V;MH13C;MH20C2701,JEFFERSON
BOBINA ENCAPSULADA, CLASSE DE TEMPERATURA H (SUPORTA ATÉ 180°C), GRAU DE PROTEÇÃO
IP65, CONECTOR PLUG IN COM PRENSA CABO PG9, POTÊNCIA 13 WATTS, TENSÃO 220V;
FREQUÊNCIA 60 HZ; MODELO MH13C; REFERÊNCIA COMERCIAL MH20C2701; MARCA/FABRICANTE
JEFFERSON; APLICAÇÃO: TAQ418 - TANQUE WFI

Item : 13
Material: INTERFACE,IHM;24VDC;5AP1120.1505-000,B&R
INTERFACE IHM; 5AP1120.1505-000 - AP1120TFT C XGA 15? AUTOMATION PANEL 900;
FABRICANTE B&R
CODE 0XE7BC
TIPO :TFT COLORIDO
DIAGONAL: 15,0"
CORES : 16,7 MILHO~ES
RESOLUÇÃO: XGA, 1024 X 768 PIXELS
INTERFACES :
USB
QUANTIDADE: 1
TIPO: USB 2.0
VARIANTE: TIPO A
TAXA DE TRANSFERÊNCIA: BAIXA VELOCIDADE (1,5 MBIT/S), VELOCIDADE TOTAL (12 MBIT/S)
ATÉ ALTA VELOCIDADE (480 MBIT/S)
CAPACIDADE DE CONDUÇÃO DE CORRENTE: MÁX. 500 MA

Item : 14
Material: TOTEM,IHM;ACO,INOX-AISI304;1590X760MM;2.1/2POL OD
TOTEM PARA IHM ALLEN BRADLEY;
MATERIAL: AÇO INOX AISI 304;
ACABAMENTO EXTERNO: ESCOVADO GR-320;
SOLDA TIG;
ALTURA TOTAL: 1590 MM;
LARGURA: 760 MM;
QUADRO: 600 X 600 X 200 MM;
BASE DO TRAPÉZIO 690 X 630 X 510 X 50MM;
TUBO: TIPO PEDESTAL DE 2.1/2 POLEGADA OD.

Item : 15
Material: TAMPAO,CEGO;AISI-316L;0,5/0,75MM;SEM COSTURA;TRI-CLAMP
TAMPÃO CEGO TRI-CLAMP EM AÇO INOXIDÁVEL AISI-316L, SEM COSTURA; DIMENSÕES:
0,5/0,75MM; EXTREMIDADE TRI CLAMP ISO 2852. ACABAMENTO INTERNO POLIDO MECANICAMENTE
RA <= 0,50MICRO METRO (SF1- CONFORME ASME-BPE). ACABAMENTO EXTERNO POLIDO
MECANICAMENTE (SF3). DIMENSÕES, TOLERÂNCIAS E ACABAMENTO EM ACORDO COM A NORMA
ASME-BPE.
APLICAÇÃO: DORNAS E TANQUES DEVIR

Item : 16
Material: FILTRO"Y";CORPO/BRONZE;1.1/2";APL FAC234
FILTRO TIPO "Y"; CORPO EM BRONZE; DE 1 1/2";
APLICAÇÃO: FAC234 - FANCOIL - DIEVA-PRL/ESTERILIZAÇÃO, LAVAGEM E MONTAGEM

Item : 17
Material: ADAPTADOR STORZ;HIDRANTE; 2.1/2 X 2.1/2
ADAPTADOR PARA HIDRANTE DE 2.1/2 X 2.1/2, STORZ ENGATE RÁPIDO
COMPOSIÇÃO : LATÃO
ROSCA INTERNA ? ROSCA FÊMEA.
ENGATE RÁPIDO STORZ.
ENTRADA DE 2.1/2?E SAÍDA DE 2.1/2?.
MATERIAL DE FABRICAÇÃO: LATÃO
USINADOS EM TORNOS CNC.
PRESSÃO NOMINAL DE TRABALHO DE 16 KGF/CM².
VEDAÇÕES EM BORRACHA SBR+NR.
NORMA NBR 14349.

Item : 18
Material: TAMPAO;STORZ;CEGO;CORRENTE; 2.1/2
TAMPÃO PARA VÁLVULAS DE HIDRANTE PARA PROTEÇÃO E FECHAMENTO, SISTEMA DE ENGATE
RÁPIDO, PADRÃO STORZ DE 2 ½?, COM CORRENTE.
FABRICADO EM LATÃO FUNDIDO. ESPECIFICAÇÕES: ACABAMENTO: USINADO EM TORNO CNC DIMENSÕES: ALTURA
(5CM) X LARGURA (12CM) X COMPRIMENTO (12CM) PESO: 700G

Item : 19
Material: ESPIGAO;ACO INOX 304;1/2"X3/8";BSP
ESPIGÃO 3/8" (10 MM) X ROSCA MACHO 1/2" BSP - AÇO INOX 304
ESPIGÃO: 3/8" (9,52MM)
- ROSCA MACHO: 1/2" BSP (+/- 20,8MM)
- MATERIAL: AÇO INOX 304;
APLICACAO: FANCOIL (FAC071).

Item : 20
Material: PONTA,ROSCA;INOX 304;SCH40;3/4"BSPX40MM
PONTA
TIPO: ROSCA
MATERIAL: ACO INOX 304
PAREDE: SCH-40
DIAMETRO NOMINAL: 3/4"
ROSCA: BSP
COMPRIMENTO: 40MM

Item : 21
Material: CONEXAO;PLUG,SEXTAVADA;316L;1/2;BSP
CONEXÃO ROSCADA MODELO PLUG SEXTAVADA, ROSCA MACHO
1/2 BSP, PRESSAO DE TRABALHO DE 10 BAR PARA FLUÍDOS AR, ÁGUA, GASES INERTES EM
MATERIAL INOX 316L, TEMPERATURA DE TRABALHO DE 0-180C

Item : 22
Material: ESPIGAO,TRICLAMP;INOX304L;1/2",APL MANGUEIRAS
ESPIGÃO (ADAPTADOR); MODELO TRICLAMP; MATERIAL AÇO INOX 304L; DIÂMENTRO 1/2?
POLEGADAS; RESISTENTE À ALTAS PRESSÕES; UTILIZADO PARA ÁGUA, AR COMPRIMIDO, ÓLEO, ETC.

Item : 23
Material: BOBINA,IMPRESSAO;REGISTRADOR;KRN50;3604,AUTONICS;APL FORNO
BOBINA PARA IMPRESSAO REGISTRADOR;KRN50; ; REFERENCIA COMERCIAL 3604, FABRICANTE
AUTONICS; APLICACAO FORNO

Item : 24
Material: FOTOCELULA;WLG4S-3F2234VS04;1050832,SICK;APL ENVASADORA
FOTOCÉLULA; TIPO: WLG4S-3F2234VS04; REFERÊNCIA COMERCIAL: 1050832,SICK; APLICAÇÃO:
ENVASADORA IMA

Item : 25
Material: TERMINAL,OPERACAO;630005205,BEIJER-ELETRONICS;APL TQP009
TERMINAL DE OPERAÇÃO COLORIDO; TOUCHSCREEN; REFERÊNCIA X2-BASE-7;
DISPLAY 7"; LCD-TFT;
RESOLUÇÃO: 800X480 PIXELS (16:9);
TAMANHO MECÂNICO: 196 X 146 X 52MM;
TENSÃO DE ENTRADA: 24 V DC (18 A 32 VDC);
CONSUMO DE ENERGIA (MÁX): 9.6W;
CPU : ARM9 400 MHZ;
RAM: 128 MB
FLASH: 256 MB, 200 MB FREE;
ETHERNET: 1X10 / 100 BASE-T (RJ45 BLINDADO);
USB: 2.0 400MA;
TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -10 °C A + 50 °C;
CE, FCC, KCC, UL APPROVALS;
PART. NUMBER: 630005205;
FABRICANTE: BEIJER ELETRONICS;
APLICAÇÃO: TQP009 - TANQUE DE ÁGUA PURIFICADA / PAVILHÃO ROCHA LIMA

Item : 26
Material: BOMBA,DIAFRAGMA;HY25FNPPPPSPSP,VALLAIR;APL CENTRAL DE SODA
BOMBA DE DIAFRAGMA PNEUMÁTICA; 1";
AS BOMBAS PNEUMÁTICAS DE DIAFRAGMA DA SÉRIE HY SÃO CAPAZES DE BOMBEAR FLUÍDOS DE BAIXA, MÉDIA E ALTA VISCOSIDADE, CORROSIVOS, INFLAMÁVEIS E ABRASIVOS, COM OU SEM PRESENÇA DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO. PARA ATENDER AOS REQUISITOS DE DIFERENTES FLUIDOS EM DIVERSOS TIPOS DE APLICAÇÕES, OS MATERIAIS DOS DIAFRAGMAS GERALMENTE SÃO DE BORRACHA DE SANTOPRENE, NEOPRENE, HYTREL E TEFLON.
OPERAÇÃO SIMPLES, A PROVA DE EXPLOSÃO E RESISTENTE A VAZAMENTOS;
CAPACIDADE DE BAIXA ROTAÇÃO, AUTOSSUCÇÃO, SEM CONTROLES COMPLEXOS;
AJUSTE DA VAZÃO POR MEIO DO AJUSTE DO SUPRIMENTO DE AR;
SOB EXCESSO DE CARGA, A BOMBA IRÁ PARAR AUTOMATICAMENTE;
FÁCIL DE DESMONTAR E REPARAR.
REFERÊNCIA: HY25FNPPPPSPSP;
FABRICANTE: VALLAIR AIRFLUID;
APLICAÇÃO: CENTRAL DE SODA.

Item : 27
Material: CARTUCHO,SECAGEM;65085,ANTON PAAR;APL VISCODENSIMETRO
CARTUCHO DE SECAGEM
REFERÊNCIA COMERICAL: 65085
FABRICANTE ANTON PAAR
COMPOSTO DE SILICA GEL PARA SECAGEM DE CÉLULA DE MEDIÇÃO
APLICAÇÃO VISCODENSIMETRO DIGITAL ANTON PAAR
CONDIÇÃO ESPECIAL:
NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DA VIDA ÚTIL (VALIDADE).

ANEXO III

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

(Processo Administrativo n° 25386.001690/2026-13)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E .....

A Fundação Oswaldo Cruz , por intermédio do(a) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, com sede no(a) Av. Brasil, 4365, na cidade de Rio de Janeiro - RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora , Sra. Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de Junho de 2025, publicada no DOU de 23 de Junho de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 1353412, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº nº 25386.001690/2026-13 em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de conexões, acessórios e automação diversos, em atendimento a Bio-Manguinhos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da última assinatura aposta no instrumento de contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ **xxxxxx** (**xxxxxxxxx**).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];
II) Fonte de recursos: [...];
III) Programa de trabalho: [...];
IV) Elemento de despesa: [...]; e
V) Plano interno: [...]; e
VI) Nota de empenho: [...];

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

18.1. A contratada comprovou a regularidade respectiva, conforme consultas ao SICAF, CADIN e consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Lista de Inidôneos do TCU, CNJ e CEIS), em ___/___/20__, anexadas ao processo nº 25386.001690/2026-13.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

ANEXO IV
MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
(Processo Administrativo n° 25386.001690/2026-13)
Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Fundação Oswaldo Cruz , por intermédio do(a) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, com sede no(a) Av. Brasil, 4365, na cidade de Rio de Janeiro - RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora , Sra. Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de Junho de 2025, publicada no DOU de 23 de Junho de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 1353412, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 25386.001690/2026-13, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de conexões, acessórios e automação diversos, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do [edital de licitação] n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item Do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE IMUNOBIOLÓGICOS – BIO-MANGUINHOS/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Modelo Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:

1.0 - PROPÓSITO
Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO
CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.
§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:
I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:
a. advertência;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
III. dar causa à inexecução total do contrato:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.
§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.
§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.
§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.
§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.
§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.
§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.
Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.
§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.
§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.
§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.
§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.
Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II
DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I
Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:
I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;
II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;
III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;
IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:
a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.
V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II
Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:
I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou
IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I
Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.
Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.
Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios.
Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.
Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.
Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:
I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;
II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;
III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;
IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;
V. Cópia de notas fiscais/fatura;
VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;
VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;
VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;
IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;
X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.
Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.
Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.
Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II
Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.
§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.
§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.
§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.
§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III
Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.
Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:
I. os fatos;
II. os argumentos apresentados;
III. as provas eventualmente apresentadas;
IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
VI. outras informações necessárias e pertinentes.
Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.
§1° Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.
§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.
Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.
§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.
§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.
Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/ contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.
Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.
Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.
Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.
Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.
§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.
Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:
I. a reparação integral do dano causado;
II. o pagamento da multa aplicada;
III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;
IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.
Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.
Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA
Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA**, **Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

FIOCRUZ

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias	
Selecione as possíveis sanções/incisos:	
Impedimento	IV

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

	As circunstâncias agravantes ou atenuantes	Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado; b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte; c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.	X	-4%
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
Agravantes (até 50%)	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
	Total		16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.